



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE ACARÁ

FELLIPE DA SILVA PAIVA

A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DO ACARÁ/PA

Acará – Pará
Dezembro de 2019

FELLIPE DA SILVA PAIVA

A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DO ACARÁ/PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.

FELLIPE DA SILVA PAIVA

A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DO ACARÁ/PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Abaetetuba, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. ALEXANDRE AUGUSTO CALS E SOUZA

Orientador - UFPA

Profa. Me. LARISSA DE NAZARÉ CARVALHO DE AVIZ

Examinadora externa - UEPA

Prof. Dr. AFONSO WELLITON DE SOUSA NASCIMENTO

Examinador interno - UFPA

DEDICATÓRIA

Dedico à todos os educadores que fizeram parte da minha jornada em especial a minha mãe que me mostrou como ser um profissional dedicado e sempre fazer o melhor que pode.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me proporcionar essa jornada na área da educação e que sinceramente busco continuar nessa jornada.

Um enorme agradecimento aos meus primeiros professores, minha mãe Raimunda Paula da Silva Paiva, meu pai Julio Santos Paiva e meu irmão Rafael da Silva Paiva.

Um agradecimento especial a três pessoas maravilhosas que infelizmente não fazem mais parte da minha vida, meu primeiro professor que graças a ele aprendi o que é gostar de estudar e não só estudar por estudar, Marcell Thiago Quaresma dos Santos. Meu avô que estava comigo desde que eu me entendia por gente e sempre que chegava da escola me perguntava “o que você aprendeu hoje?”, uma pergunta simples, mas, que sempre fazia a gente conversar por horas, obrigado meu querido avô Cláudio Cordovil da Silva.

Agradeço também a minha tia/madrinha Evangelina das Graças Silva Machado que foi uma das pessoas que mais me apoiou que mais me motivava a seguir em frente, é uma pena não ter ao meu lado nessa conquista. E minha querida e eterna professora Maria do Perpétuo Socorro Glória Lobo, que foi uma das minhas primeiras professoras e sempre demonstrou felicidade por cada nova etapa concluída.

Na minha vida acadêmica tive novas pessoas, um enorme agradecimento a todos da minha turma que me aturaram ao longo desses quatro anos, ao meu mentor professor e Doutor Alexandre Augusto Cals e Souza.

“Lutar por uma politica educacional moderna e democrática é, pois, enfrentar forças poderosas, apesar de minoritárias. Mas... Amanhã vai chegar”.

(HORA, 2018, p.208).

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo trazer resultados sobre a pesquisa com o tema “Política Educacional no Baixo Tocantins: A Organização do Ensino no Município de Acará/PA”. A pesquisa busca compreender como está estruturado a organização do ensino em Acará/PA e perceber de que forma as articulações políticas e sociais vem debatendo em torno de uma proposta efetivamente democrática de ordenação do sistema educacional do município buscando entender de forma sintetizada os resultados das articulações feitas em torno de uma proposta de educação de qualidade, através de um sistema municipal com autonomia. Como opção metodológica foi utilizada a abordagem qualitativa de pesquisa, por entender que a mesma possibilita uma melhor participação dos integrantes que fazem parte deste processo. Para isso foi realizado análises de documentos como: Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Municipal de Educação do município de Acará. Como referencial teórico da pesquisa foram utilizados os estudos de Diva Sarmiento, Demerval Saviani, Alexandre Cals, Maria Piana dentre outros. Os resultados sinalizam que o município de Acará possui um sistema de educação complexo e ousado, com sérios problemas em relação ao enraizamento de uma cultura política partidária local que reflete nas ações de planejamento e organização do ensino, tais grupos políticos são fortes e interferem historicamente no interior das políticas educacionais ocasionando assim alguns problemas para que o município possa se desenvolver com uma política efetiva para a melhoria da qualidade da educação em Acará.

Palavras chaves: Sistema. Organização. Município. Ensino.

RESUMEN

Este documento de conclusión del curso tiene como objetivo traer resultados sobre la investigación con el tema "Política educativa en los Tocantins inferiores: la organización de la educación en el municipio de Acará / PA". La investigación busca comprender cómo está estructurada la organización de la educación en Acará / PA y entender cómo las articulaciones políticas y sociales han estado debatiendo en torno a una propuesta democráticamente efectiva de ordenación del sistema educativo municipal, buscando comprender sintéticamente los resultados de las articulaciones. en torno a una propuesta de educación de calidad a través de un sistema municipal autónomo. Como opción metodológica, se utilizó el enfoque de investigación cualitativa, ya que comprende que permite una mejor participación de los miembros que forman parte de este proceso. Para ello, se realizó el análisis de documentos como: Constitución Federal de 1988, Ley de Pautas y Bases de Educación Nacional y el Plan de Educación Municipal del municipio de Acará. Como referencia teórica de la investigación se utilizaron los estudios de Diva Sarmento, Demerval Saviani, Alexandre Cals, Maria Piana entre otros. Los resultados indican que el municipio de Acará tiene un sistema educativo complejo y audaz, con serios problemas en relación con la raíz de la cultura política de un partido local que se refleja en la planificación y organización de acciones educativas, tales grupos políticos son fuertes e históricamente interfieren en el dentro de las políticas educativas, causando algunos problemas para que el municipio pueda desarrollarse con una política efectiva para mejorar la calidad de la educación en Acará.

Palabras clave: Sistema. Organizacion Municipio. Docencia.

ABSTRACT

This course conclusion paper aims to bring results about the research with the theme "Educational Policy in the Lower Tocantins: The Organization of Education in the Municipality of Acará / PA". The research seeks to understand how the organization of education in Acará / PA is structured and to understand how the political and social articulations have been debating around an effectively democratic proposal of ordination of the municipal educational system, seeking to synthetically understand the results of the articulations. around a proposal for quality education through an autonomous municipal system. As a methodological option, the qualitative research approach was used, as it understands that it enables a better participation of the members who are part of this process. For this, it was performed analysis of documents such as: Federal Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Bases of National Education and the Municipal Education Plan of the municipality of Acará. As theoretical reference of the research were used the studies of Diva Sarmento, Demerval Saviani, Alexandre Cals, Maria Piana among others. The results indicate that the municipality of Acará has a complex and bold education system, with serious problems in relation to the root of a local party political culture that reflects in the planning and organization of education actions, such political groups are strong and historically interfere in the within the educational policies thus causing some problems so that the municipality can develop with an effective policy to improve the quality of education in Acará.

Key words: System. Organization. County. Teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
Percurso Metodológico.....	12
2 A ORIGEM E OS CAMINHOS DOS SISTEMAS DE ENSINO.....	16
2.1 Os Sistemas de Ensino na Legislação.....	19
2.2 Sistemas Municipais de Educação no Brasil.....	24
3 O MUNICIPAL DO ACARÁ.....	30
3.1 Breve histórico do município do Acará.....	31
3.2 A SEMED e o sistema municipal de educação.....	33
4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO MUNICÍPIO DE ACARÁ.....	39
4.1 Análise do Plano Municipal de Educação.....	39
4.2 Análises das entrevistas com atores que atuam na educação municipal.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE A.....	59
APÊNDICE B.....	60
APÊNDICE C.....	61
ANEXO A.....	62
ANEXO B.....	63

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa trás a organização de ensino do Município de Acará, como alvo principal, a cidade diz respeito à mesorregião nordeste paraense e a microrregião homogênea de Tomé-Açu, localizada na PA 252km. O surgimento do município se deu a partir dos colonizadores portugueses que realizavam a exploração do território paraense, utilizando como via de penetração o próprio curso dos rios. Foi assim que, ao percorrerem o rio Acará, os portugueses puderam observar a facilidade da navegação naquelas águas, bem como, já em terra, constataram a sua fertilidade e a abundância de madeiras, sendo assim foram atraídos por todas essas condições favoráveis, os colonizadores decidiram se instalar no local, onde foi montado um núcleo de colonização que, mais tarde, tornou-se a sede do município de Acará.

O município possui uma área total de 4.343,80 Km², com uma população de aproximadamente 54.064 habitantes, segundo dados do IBGE (2015). Acará faz parte das estatísticas oficiais como uma das cidades brasileiras com o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) igual a 0,506 (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, 2010). No âmbito educacional possui 341 escolas ofertando a educação básica (Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).



Fonte: Tatiane Mancio Lima Brito, 2019.

A inquietação sobre a temática das políticas educacionais se deu início no ano de 2017, por causa das várias reformas que estavam sendo feitas dentro da área da educação, principalmente com a Reforma do Ensino Médio, mudança do Enem e a Escola Sem Partido tomando forças. Então, surgiu à preocupação do futuro da educação no Município de Acará e a preocupação com a sua organização educacional, principalmente ao perceber que o próprio termo “sistema educacional” pode ser confundido devido a análises corriqueiras, por isso damos ênfase em trazer a princípio o significado individual de cada um e após isso, trazemos a referencia de significado dado por um autor.

Ao procurarmos no dicionário o que significa “Sistema” iremos encontrar: conjunto de elementos, concretos ou abstratos, intelectualmente organizados, ou seja, o sistema é uma ação planejada que é feita em prol de um objetivo. Mas de onde surgiu esse termo? A palavra “Sistema” tem origem grega, ela é uma derivação da palavra “Synístanai” que significa “fazer funcionar”. Esse termo grego é a junção de duas palavras “syn” que significa “junto” e hístanai que é “fazer ficar em pé”. Mas, foi a partir da palavra “Synístanal” que surgiu a palavra systema que possui a significação que foi citada anteriormente ou de maneira geral podemos dizer que é a “união de várias partes diferentes”.

Utilizamos do termo sistema para dar ênfase em uma ação coordenada, planejada por um ou mais indivíduos, vamos trazer a questão do sistema na área da educação, ou seja, um sistema de ensino, no qual é o foco da pesquisa e onde demonstra que a escola consegue trabalhar de forma organizada se for colocado em exercício.

Na pesquisa sobre o significado, usamos Saviani (1998, p. 02):

(...) o sistema resulta da atividade sistematizada; e a ação sistematizada é aquela que busca intencionalmente realizar determinadas finalidades. É, pois, uma ação planejada. Sistema de ensino significa, assim, uma ordenação articulada dos vários elementos necessários à consecução dos objetivos educacionais preconizados para a população à qual se destina.

Em relação à educação o termo “sistema” é empregado para várias questões de organização, Saviani (1999) nos relata algumas como o ponto de vista administrativo, padrão, grau de ensino, natureza do ensino, preparação e dos ramos do ensino. Isso se dá porque o Brasil passou por diversas alterações na perspectiva de ensino, seja dos tempos dos jesuítas até os dias de hoje.

Logo, se faz necessário apontar as questões de estudo da pesquisa que busca compreender como o município do Acará se organiza, levando de forma mais específica,

como vão as suas políticas educacionais, como a SEMEC/Acará/Pa está se organizando e quais as articulações políticas em torno da organização e da rede municipal, haja vista que todos esses levantamentos são de suma importância dentro de um sistema de ensino. Não esquecendo de analisar documentos que dão respaldo legal para a criação do sistema de ensino como a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB), Constituição Federal e o próprio Plano Municipal de Ensino (PME), além de atrelar tudo isso com o Conselho Municipal que é o órgão principal de um sistema de ensino.

Tento em vista esses objetivos a vontade de escrever sobre a organização do ensino se deu através da minha observação sobre as mudanças ocorridas na educação no ano de 2017, juntamente com a minha participação no curso de “Formação de Multiplicadores em Educação Política e Mobilização Social” no qual percebi como a política muita vezes é usada de forma errônea pelos cidadãos, no qual a mesma não chega a ser problematizada. Fator essencial para esse trabalho foi a minha conquista da vaga de bolsista do projeto de pesquisa do Professor e Doutor Alexandre Augusto Cals e Souza intitulado como “Organização dos Sistemas de Ensino no Baixo Tocantins”.

Esse projeto tem como objetivo pessoal e acadêmico a sua divulgação para que as pessoas saibam como é a organização dos sistemas educacionais no município para assim chegar a uma boa educação, uma vez que as escolas públicas cada vez mais sofrem com o sucateamento e os seus sistemas muitas vezes ficam ocultos ou nem são postos em práticas. Uma vez que pela política deva ser o caminho no qual as coisas devem ser resolvidas, não só em relação às políticas educacionais, como também, na saúde, transporte e segurança. O fato é que temos direitos, e esses direitos chegam a nós de forma precarizada, então, a pesquisa se propõe a analisar o sistema de ensino, seguido de reflexões sobre como está organizada a nossa educação no Município de Acará.

No primeiro momento a pesquisa faz uma contextualização histórica dos sistemas de ensino intitulada de “A origem e os caminhos dos sistemas de ensino”. No qual trazemos algumas contribuições de autores como Sarmiento, Cals e Saviani, para contribuir numa reflexão sobre o significado do termo sistema, trazemos os respaldos legais que a criação de sistema possui e finalizamos o capítulo trazendo a origem do sistema municipal, para entendermos e refletirmos as reais causas dessa modificação do seu sistema.

No segundo, focamos especificamente o município de Acará, com um breve histórico para situar o leitor do município, sua origem e principais conflitos que se deram ao longo dos

anos, após isso, abordaremos a organização da SEMED e a análise do PME, finalizando com a análise das entrevistas de outras entidades, como o vereador responsável pela comissão da educação na câmara, o SINTEP e o Secretario de Educação. Finalizando com as considerações finais.

Percurso Metodológico

Com o passar dos anos, foram criados diferentes métodos e abordagens científicas, desenvolvidas e aprimoradas por diversos pesquisadores, sendo assim, ao elaborarmos os processos metodológicos da pesquisa, é necessário um olhar rigoroso para que nos tenhamos o melhor resultado e possa nos auxiliar nos momentos da pergunta e da resposta do tema e das questões de estudo da pesquisa.

Assim, na busca do caminho e dos procedimentos racionais aceitos pela comunidade científica, encontramos grandes contribuições teóricas que nos ajudam, mas que também, acusam confusões e interpretações equivocadas quando mal estudadas, aplicadas e incompatibilizadas com as realidades investigadas, principalmente quando seus pressupostos e resultados são ignorados.

Antes de escolher qual o tipo de pesquisa a ser abordada, vamos conceituar o próprio termo “pesquisa”, utilizaremos uma definição elaborada por Gil (1999) onde a pesquisa segue um procedimento racional e sistemático, com objetivo de solucionar um problema proposto. Com isso utilizaremos a pesquisa qualitativa que nesse sentido se torna imprescindível para o estudo de nosso problema proposto, pois, Chizzotti (2001) ao refletir sobre a evolução histórica da pesquisa qualitativa, enumera e discute alguns marcos que sintetizam as transformações e contribuições que ampliaram o campo e o significado da pesquisa social e da pesquisa qualitativa, nos quais são incorporados trabalhos de diversos autores, como, por exemplo, Bogdan e Biklen (1994); Denzin (1978); Thiolent (1985); que resumiram as transformações e progressos da investigação qualitativa no século XX.

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, conseguidos na relação do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes no processo investigativo. Pois, A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante

do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Considerando esses aspectos, escolhemos como opção metodológica a abordagem de pesquisa qualitativa, por compreender que esse tipo de pesquisa poderá fornecer os meios para que os indivíduos que dela venham a participar possam ser capazes de responder, com maior clareza, aos problemas da situação em que vivem e facilitar a busca de soluções para problemas reais, uma vez que para tal os procedimentos convencionais têm pouco contribuído.

Nesse tipo de pesquisa a ação e postura do pesquisador devem ser, efetivamente, na forma participante no seu processo de investigação. É imprescindível que o investigador que busca no cotidiano, respostas as suas indagações, experiência com o espaço e o tempo vivido pelos investigados para reconstituir adequadamente o sentido que os atores sociais lhes dão. Nesse sentido, todas as pessoas que participam da pesquisa são sujeitos que elaboram e produzem conhecimentos.

Desta forma, para coletar informações no campo de pesquisa do tema de investigação, utilizamos de técnicas que se associam ao tipo de pesquisa escolhido. As técnicas mais utilizadas para a coleta dos dados nos estudos qualitativos são: a observação, as entrevistas e a análise de documentos.

O pesquisador que utiliza essas técnicas em seus trabalhos de pesquisas tem que tomar o cuidado em relação ao seu uso. Concordamos com Wolcott (1990), quando ele diz que tem que ter uma devida atenção quando usar algumas técnicas qualitativas para estudos sociais e educacionais. A técnica de observação se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto.

Sobre a decisão do período da observação, entendemos que pode variar, dependendo do trabalho abordado, todavia, a pesquisa proposta se encontra com um tempo relativamente extenso, o que proporcionou uma análise mais detalhada do processo, além de conseguimos umas observações extras, como foi o caso da participação da VI Conferencia Municipal da Educação de Acará.

Ao lado da observação, a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, esta é uma das principais técnicas de trabalho nas pesquisas científicas. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

Nesse sentido, Minayo (2001) diz que “a entrevista, é um termo bastante genérico e que está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos” (p. 57). Num primeiro nível, essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, num outro nível, serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico.

Outro ponto a destacar quando fazemos o uso da entrevista na coleta de dados, é o uso da interação, ou seja, seu caráter, pois, na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo é a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica.

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, o grande “espírito” da entrevista é que ela ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Em nosso trabalho de pesquisa, o início se deu através do estudo historiográfico do processo de constituição dos sistemas de ensino para compreender a dinâmica de organização no processo educacional brasileiro e buscar perceber o atual processo de desenvolvimento dessa temática em nível nacional, estadual e municipal.

Em seguida utilizamos da análise documental, pois, os documentos são materiais escritos que podem ser usados como fonte de informação. Segundo Guba e Lincoln (apud LÜDKE; ANDRÉ, 2001) “o uso da análise de documentos apresenta uma série de vantagens” (p.39). Entre eles o de que os documentos constituem uma fonte estável e rica em informações, onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações

do pesquisador. No campo de pesquisa utilizamos as técnicas para a coleta e análise dos dados, o questionário, já que um recorte horizontal amplo pode nos fornecer informações valiosas sobre como o sistema está sendo conduzido e efetivado na prática por seus gestores. A entrevista, visando completar e aprofundar a investigação, visto que só o questionário é insuficiente para compreender a problemática levantada.

A importância dessas técnicas é que elas não são simplesmente técnicas de pesquisa, mas, principalmente, técnicas de sociabilidade, pois nos permitem um grau bastante grande de interação, de aproximação com os sujeitos, com os significados que atribuem a si e ao seu mundo, com o contexto onde esses significados ganham vida. Daí que elas precisam se fazer articuladas para manter uma visão de totalidade entre o que se desenrola dentro e fora do sistema de educação municipal.

A pesquisa foi realizada de maneira processual com momentos distintos mais articulados, concomitantes ou não, como: conhecimento da realidade e dos sujeitos a serem pesquisados foram (o) secretaria (o) de educação; o vereador responsável pela educação; o coordenador do SINTEP; estudo historiográfico; levantamento e análise documental; elaboração dos instrumentos de coleta de dados; pré-teste dos instrumentos; coleta e organização dos dados; análise dos dados.

É importante esclarecer que a perspectiva delineada sofreu alterações à medida que a pesquisa foi se efetivando e nos presenciamos algumas dificuldades devido o conjunto de estudos produzidos, principalmente nas entrevistas. Sabe-se que toda pesquisa é sempre um processo de muitas idas e vindas, de formulações e reformulações, de construções e reconstruções permanentes, não estando, portanto, pré-estabelecido e determinado, em definitivo, todas as etapas a serem percorridas.

Esse trabalho tem como objetivo compreender as dinâmicas de organização do ensino no município de Acará/PA, e perceber de que forma as articulações políticas e sociais vêm debatendo em torno de uma proposta efetivamente democrática de ordenação do sistema educacional no município do Baixo Tocantins. Para isso se faz necessário; analisar como vem se organizando o ensino no município de Acará/PA; descrever a caracterização do município, seus limites e possibilidades no que concerne à educação e verificar as articulações políticas e sociais em torno da organização do ensino. Além disso, o trabalho não pretende buscar um produto final pronto e acabado, pois, entendemos que as políticas educacionais continuam em mudanças constantes, logo, o trabalho sendo reconhecido e utilizado como base para

pesquisas futuras no âmbito no município de Acará e da região do baixo Tocantins, teremos enfim chegado a melhor conclusão possível.

2 A ORIGEM E OS CAMINHOS DOS SISTEMAS DE ENSINO

Os atuais sistemas de ensino do Brasil são produto de um longo processo, que teve início com a chegada dos portugueses, até chegar ao momento em que o Estado resolve assumir a responsabilidade pela educação como uma de suas tarefas. Ao assumi-la, organizou gradativamente a escolarização de maneira a ser comum, atingir a todos e em todos os espaços, ou seja, seria universal e de massa. Organizou também a composição do alunado e do magistério, ou seja;

Se o sistema pode ser definido como a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante, conclui-se que o Sistema Nacional de Educação é a unidade dos vários aspectos ou serviços educacionais mobilizados por determinado país, intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente que opera eficazmente no processo de educação da população do referido país. (SAVIANI, 2009, p. 02)

Como Saviani destaca, foi pensada uma forma de organização que permeia até hoje, o Sistema Nacional de Educação. Nossa organização hoje possui nível nacional, federal e municipal, do macro para o micro. Mas o autor ainda destaca.

Procurei explicitar a noção de sistema em correlação com o conceito de estrutura, mostrando sua manifestação no campo educativo para caracterizar o significado e as exigências contidas na noção de sistema educacional. Nesse contexto, evidenciei que, assim como de modo geral o sistema é produto da ação sistematizada, isto é, da capacidade humana de agir intencionalmente segundo objetivos previamente formulados, o sistema educacional é resultado da educação sistematizada. (SAVIANI. 2009, p.01)

Logo, fica claro que ao falarmos do sistema educacional, independente de ser a nível nacional, estadual ou municipal, deixamos claro que é uma forma organizada de se pensar a educação. Apesar disso se estabelecido, até os dias de hoje há uma dificuldade em organizar o ensino, devido a vasta variedade de identidades dos indivíduos como Saviani ainda ressalta.

Vê-se, então, que se trata de unidade da variedade e não unidade da identidade. Portanto, contrariamente ao que por vezes se propaga, sistema não é uma unidade monolítica, indiferenciada, mas unidade da diversidade, um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isso perdem a própria identidade; ao contrário, participam do todo, integram o sistema na forma de suas respectivas especificidades. Isso significa que uma unidade monolítica é tão avessa à ideia de sistema quanto uma multiplicidade desarticulada (SAVIANI. 2009, p.03)

O sistema então é uma junção de vários elementos, no entanto, com os portugueses influenciando diretamente a nossa educação é imprescindível não falarmos da Europa e toda a sua importância tanto de forma positiva quanto negativa, Saviani¹ nos remete que diferente da educação ateniense e espartana, o Estado tem um papel importante para a organização do sistema de ensino, apesar disso, na Idade Média as características das escolas são providas da Igreja Católica. Onde possuía como características principais questões de ordem, disciplina e eficiência.

O início da organização e difusão da escola padronizada pública e obrigatória que se inicia na Europa beneficia a classe que se encontra no poder, ou seja, a burguesia. Nessa época o sistema funcionava da seguinte maneira: o provincial nomeava o Reitor/Prefeito dos estudos e o Disciplinador/Bedel; clivada da formação dos professores; promovia os estudos nos nível da província, vigiava e atentava para normas estabelecidas na época pelo *Ratio sturium*².

Nessa época nas escolas o que hoje chamamos de gestor ou diretor, era conhecido como Reitor, era a maior autoridade nos colégios, estando subordinado apenas ao Provincial por quem era nomeado. Dentro de suas atribuições o mesmo administrava o colégio e coordenava às atividades tanto da educação quanto da catequese.

Com o crescimento da escolarização, a escola ganha um papel de destaque na formação do cidadão, pois as instituições acabam se tornando um lugar de produção e reprodução de conhecimento. Conhecimento esse que interessa a classe burguesa para se manter no poder, assim, podemos dizer que a escola é o pilar central na formação de uma sociedade, porque, tudo o que for trabalhado nela e quem for trabalhar nela, terá influência direta na sociedade.

Então o primeiro sistema escolar funciona, a fim de firmar uma cidadania democrática, entretanto, a escola que prega ser um direito de todos, não atinge a todos, e, além disso, apesar de formar indivíduos democráticos eles aprovam os interesses burgueses. Porque o processo de ganhar representantes de outras classes chega mais tardiamente pelos próprios cidadãos que não se contentam com o que é repassado a eles e vão à busca de mais

¹ Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizado pela Uninove e realizado em São Paulo, de 27 a 29 de agosto de 2008.

² *Ratio Studiorum* caracteriza-se como um manual prático de métodos de ensino e orienta o professor na organização de sua aula. (Grifo nosso)

conhecimento, surgindo os pensadores que começam a criticar esse modelo de ensino que beneficia os burgueses e na escola sendo um dos instrumentos desse ato.

No Brasil ao se falar de educação, é impossível não mencionarmos os Jesuítas, que foram os pioneiros do sistema de educação no País, a princípio eram os padres os responsáveis por essa organização, além disso, foi graças a eles que tivemos as primeiras instituições escolares em 1549, permeando até 1759. Devido esse sistema ser exclusivamente da Igreja Católica e na época serem os únicos educadores no Brasil, o número de cristãos cresceu exponencialmente.

Naquela época a estrutura social era composta basicamente por escravos, os trabalhadores, os grandes latifundiários e os funcionários da coroa. Então não era pensada uma política educacional visto que quem tinha condições recebia a educação necessária, ou seja, o sistema educacional pertencia à elite e um de caráter estatal era inexistente não havia interesse em ampliar os conhecimentos da classe subalterna.

Após a saída dos Jesuítas através do Alvará de 28 de julho de 1759 o Brasil utiliza das “Aulas Régias” que foram usadas na reforma pombalina por volta de 1759 a 1827 (SAVIANI, 2008). Por volta de 1808, D. João VI chega ao Brasil e dá início aos primeiros cursos superiores de Direito, Medicina e Engenharia. Em 1822, após a independência, surgem novas ideias para a educação popular e em 1827 foi determinada a criação das escolas primárias nas cidades e vilas com uma concentração maior de pessoas.

Durante 1834 a 1889 ocorre um fato marcante no sistema educacional brasileiro que é a criação do Colégio Pedro II, que serviria como o modelo de educação para toda a nação. No período de 1860 a 1890 a iniciativa privada do sistema educacional, tem um crescimento devido ao total abandono do Estado em relação à educação, depois desse período de várias tentativas de organização da educação como responsabilidade do poder público que na época era representado pelo governo imperial e os governos das províncias. Em 1890 foi criado o Ministério da Educação e criação das escolas primárias nos estados na forma de grupos escolares; se deu do período de 1890 a 1931, no entanto, pouco se alterou no sistema educacional.

Em 1924, os educadores, intelectuais, políticos e figuras de expressão da sociedade brasileira, criam a Associação Brasileira de Educação (ABE) onde houve um início mais forte dos debates relacionados à educação, dando ênfase principalmente nos problemas, buscando soluções com cursos, palestras, conferências e principalmente as Conferências Nacionais de

Educação que mais tarde ocasionaram em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação (Movimento Escolanovista), como a Autora PIANA (2009) cita.

Foi Por meio das Conferências Nacionais de Educação que surgiu em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, contendo uma nova proposta pedagógica e trazendo em seu bojo uma proposta de reconstrução do sistema educacional brasileiro, visando a uma política educacional do Estado (PIANA, 2009. p. 64).

A regulamentação em âmbito nacional das escolas primárias, secundárias e do nível superior se define em 1931 a 1961. No período de 1930 houve a criação do Ministério da Educação e Saúde, a medida educacional mais importante devido ser o órgão responsável pela orientação e coordenação das reformas educacionais. Uma das reformas foi intitulada por Reforma Francisco Campos que foi a titular da medida a ser incluída na Constituição de 1934. Tal mudança trouxe uma nova integração para todos os níveis de ensino, juntamente com o ensino primário gratuito e obrigatório.

A Constituição de 1937 aderiu uma parte da legislação e trouxe o ensino profissionalizante. O foco nesse período era a preparação para as indústrias e no ano de 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). No ano de 1961 houve a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que trouxe uma nova visão de organização do sistema educacional no Brasil e compreendida como a medida mais importante do Estado em prol da política educacional. Passado três anos temos o início da ditadura militar em 1964 que ocasiona um congelamento nos debates populares, porém, o Estado faz uma ampliação do ensino, incluindo no nível superior, além disso, a um apoio na pesquisa e na pós-graduação.

Por fim, chegamos a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação de 1996 trazendo uma nova organização do sistema escolar, fazendo o Governo agir de forma descentralizada na execução das tarefas do Estado e Município. Vale destaque na organização dos sistemas de ensino entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pelo Regime de Colaboração, mais tarde reformulado pela Emenda Constitucional de 1996, seguido da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

2.1 Os sistemas de ensino na legislação

Quando falamos em sistema na legislação, temos que entender que existe esferas, que são as esferas Nacionais, Estaduais e Municipais. Logo, a organização do sistema também segue dessa forma que iremos apresentar mais a frente.

A Constituição Federal garante em seu artigo que a educação é um direito de todos em seu artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante disso, precisam-se buscar condições para que todos possam ter acesso à educação e ter igualdade de ensino assim como permanecer na escola para concluir os níveis de escolarização. Além disso, Os sistemas educacionais possuem respaldo legal tanto na Constituição quando na LDB, como Sarmento reforça.

A Constituição de 1988, complementada pela Lei 9.394/96, definindo as competências e atribuições dos entes federativos União, estados e municípios, estabeleceu com clareza a autonomia do município para criar o seu próprio sistema de ensino. A legislação previu, ainda, como alternativas a essa opção, o município compor com o estado um sistema único ou manter-se integrado ao sistema estadual. (SARMENTO. 2005, p. 02)

Depois de diversas mudanças que ocorreram na área da educação durante todo esse período, percebemos o quanto a liberdade de aprender e compartilhar o pensamento são vistas ultimamente como uma forma de tentar influenciar outras pessoas, principalmente se quem expressar seu pensamento for um (a) educador (a). Quando falamos em educação, ensinar, pesquisar e divulgar a arte, o saber e o pensamento, estamos falando de uma educação visivelmente democrática, onde os cidadãos exercem o livre arbítrio. Obter um ensino gratuito e de qualidade sem ter que fazer nenhum tipo de reivindicação por aquilo que nos é de direito, está ficando cada vez mais difícil de conseguir, principalmente se focarmos na qualidade do ensino.

Em relação ao artigo 208, inciso IV da Constituição, “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação infantil, em creches e pré-escolas a crianças de 0 a 5 anos”. Percebemos então que é dever do Estado disponibilizar vagas para este nível de ensino, por decorrência do fato de que as mulheres conquistaram o direito de ingressar ao mercado de trabalho, seus filhos precisavam estudar, caso alguma criança não conseguisse se matricular em uma escola pública, a família poderia recorrer à promotoria pública para fazer sua objeção. É importante ressaltar que esses direitos foram conquistados a partir da Constituição Federal de 1988.

Segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 211, “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. Compreendemos que as instituições de ensino podem determinar suas próprias normas de gestão de forma democrática, todavia, é preciso levar em consideração a região e as particularidades de cada lugar, respeitando as normas, regras e leis das esferas administrativas, assim como as decisões de organização de estrutura do sistema de ensino. Assim, a Constituição Federal de 1988 garante.

A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

A organização do sistema de educação deve funcionar de uma forma distributiva para que cada esfera administrativa tenha as suas responsabilidades e obrigações, definindo as finalidades e o modo de organização dos níveis de ensino. É de nosso conhecimento que a educação é um direito de todos e que o ensino público deve ser gratuito para que o ser humano possa aprender e se aperfeiçoar durante o processo de ensino-aprendizagem. Atualmente precisa-se voltar a pensar em um modo de como aprimorar a atual educação, tentar colocar o mínimo de qualidade no ensino público, assim como ofertar as mesmas oportunidades aos educandos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é a principal legislação educacional brasileira, no qual organiza e regulamenta a estrutura e o funcionamento do sistema educacional. Além da Constituição, a LDB também regulamenta outras leis no ensino no Brasil, sua construção se baseia na Constituição Federal.

O processo para a aprovação da Lei de Diretrizes e bases (LDB) nº 9.394/96, passou por diversos conflitos até que veio a ser promulgada. Com a nova Lei o povo brasileiro pôde garantir oportunidades educacionais que modificaram significativamente a educação do país, norteando o sistema educacional a partir de um conjunto de definições políticas conquistadas logo depois que a LDB foi implementada. Porém, era perceptível que a nação em decorrência da situação política naquele momento precisava de uma nova Lei que acolhesse os pedidos e de certa forma pudesse defender as lutas da categoria docente.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº. 9394/96, artigo 9, inciso I diz que é dever da União “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os

Estados, o Distrito Federal e os Municípios”, pois elaborando o plano Nacional busca-se assegurar e avaliar o rendimento escolar de todos os alunos e em todos os níveis, fazendo com que haja um melhor desempenho por parte dos educandos como um melhor desenvolvimento cognitivo.

No artigo 9, inciso III, União, além de auxiliar na elaboração do Plano Nacional de Educação deve “prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;”

A LDB também defende os direitos e deveres referentes à educação nacional, compreendendo que durante todo esse tempo onde se observou que varias mudanças ocorreram, podemos falar que foram avanços importantes para a educação brasileira. Determinados avanços trouxeram um conjunto de definições políticas que ajudam o sistema educacional a ser mais eficaz, coletando, analisando e espalhando informações sobre a educação como já foi dito aqui. Novidades essas que fizeram com que a educação infantil passasse a ser obrigatório, o vestibular não eram considerado mais a única forma de ingressar numa universidade e a opção de educação a distancia passou a fazer parte do sistema educacional.

Enquanto isso no artigo 10, inciso I o Estado deve “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;” cabe aqui ressaltar que em determinados locais, fica apenas a critério do município realizar isso, ou seja, fica tudo apenas para o Município, se levarmos em conta o Estado do Pará como exemplo, o órgão responsável por essas questões é a SEDUC, apesar disso, a mesma apenas fornece informação ou modelo de como fazer, o que acaba fazendo com que os sistemas locais sigam certo padrão estabelecido pela mesma, sem pensar nas diferenças locais.

No artigo 11 da LDB, chegamos finalmente na responsabilidade do município, que no inciso I diz “é organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;” nada mais é do que se organizar de forma a não ferir as duas esferas maiores.

No inciso II “exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;” uma das complicações é quando os gestores municipais não tem o devido controle de distribuir sua renda nas escolas, é necessário um olhar igualitário e que seja aberto à população, pois o dinheiro público é investido e ocultado de forma a não deixar a população saber os reais

interesses, é claro que isso talvez seja um ponto de vista idealista demais para a sociedade que vivemos.

O inciso que dá respaldo para o município elaborar suas especificidades é no III no qual ele pode “baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;” logo, tudo o que for de uma especificidade relevante o município pode buscar elaborar uma norma, desde que não fira as esferas Estadual e Nacional.

Uma das maiores dificuldades que os sistemas de ensino municipal sofrem, é com o inciso IV “autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;” principalmente municípios que tem escolas nos interiores fica mais difícil de fazer essa supervisão devido a falta de recursos como gasolina, transporte, ramais de difícil acesso. Logo, é necessário que se tenha um planejamento no qual esse gasto seja colocado, pois, não ainda não foi pensado ou só não foi posto em prática.

No Inciso V temos;

Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

O grande problema desse inciso está na sua execução, hoje as instituições infantis públicas não conseguem atender as necessidades da sua área, entretanto, as instituições privadas muitas vezes conseguem suprir essas necessidades para quem consegue pagar, logo, é necessário que se tenha um olhar com maior preocupação nesse inciso, precisamos de escolas com boas condições, pois, temos o direito de ter uma educação pública de qualidade.

Finalizando com o “assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.” O que marca outro problema, pois acontece com bastante frequência das aulas terem que ser adiadas por falta de condução, logo, os alunos que moram em outras localidades, sejam elas ribeirinhas, ou em ramais, acabam sendo prejudicados pela sua ausência.

Normalmente os Municípios tendem a integrar os modelos de sistemas que já vem pronto, então mesmo que tenha “Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.” É mais fácil integrar um sistema que já vem pronto, mas o grande problema disso refere-se nos próprios alunos, pois, não é levada em conta a diversidade cultural do município.

São ensinados padrões de cultura que são usados em cidades grandes sem levar em conta à própria valorização cultural local.

Sabemos que existem outras reivindicações que precisam ser feitas, precisamos nos impor tanto na constituição quanto na LDB, ambas nos ajudam a dar um embasamento forte a todo tipo de opinião, crítica, sugestão que precisam ser discutidas. São leis que regulamentam o sistema educacional do país, definindo as responsabilidades de cada esfera administrativa, buscando afirmar o direito a educação a todos os cidadãos e cidadãs o qual é garantido pela constituição.

2.2 Sistemas Municipais de Educação no Brasil

Através das diversas mudanças que a educação brasileira sofreu chegamos à origem do sistema municipal;

O tema da municipalização se faz presente desde a época imperial, nas discussões políticas e nos atos legais que vieram ao longo da história, culminando na criação dos sistemas públicos de ensino no Brasil, na esfera municipal, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta instituiu os municípios como entes da Federação, portanto, como entes jurídicos com responsabilidades próprias e com liberdade para a criação dos sistemas municipais de ensino. (NUNES. 2009, p. 04,)

Entretanto antes de iniciarmos com a origem, vamos esclarecer algumas dúvidas levantadas por muitos, até mesmo pelos próprios educadores, que é a função do sistema municipal, para que a criação de um sistema municipal? O sistema educacional vem definir todos os processos e ações relacionadas à educação do município. Nesse sentido, “A instituição do Sistema por lei municipal explicita e afirma o espaço da autonomia do município e as responsabilidades educacionais próprias” (BORDIGNON. 2009, p.38).

A partir do momento que a educação se expandiu, foram pensadas maneiras de se organizar e hoje temos várias formas de organização, que vem do macro a nível nacional até o micro de dentro da escola. O nível municipal o Sistema Municipal de Educação é a busca do processo de autonomia dos municípios, entretanto, poucos utilizam com eficácia o que a Constituição e a LDB definem em suas próprias normas. Aos municípios que não possuem o seu sistema eles, ficam subordinados as normas estatais.

E no que isso prejudicaria o município? Tratando de uma forma bem bruta as instituições não poderiam exercer autonomia como uma criação de um currículo diferenciado se as normas estatais não dessem brecha, o mesmo vale para determinados projetos

educacionais que a SEMED poderia realizar, mas, precisaria também do aval estadual. Logo, “A competência normativa ficaria limitada, uma vez que, além das diretrizes nacionais, deveriam respeitar, também, as estaduais e submeter o credenciamento das instituições educacionais ao Conselho Estadual de Educação (CEE)” (BORDIGNON. 2009, p.39)

A criação do sistema municipal mudaria isso, pois estabelecendo suas próprias normas e o município estaria subordinado apenas às normas nacionais, apesar disso, para a criação do sistema é necessário fazer uso de uma gestão mais democrática, onde se tenha uma maior participação de todos. Esse processo de municipalização do ensino faz parte da descentralização do poder da educação e para compreendermos melhor, vamos entender como esse processo de descentralização ocorreu.

Graças a Revolução ocorrida em 1930 juntamente com a criação do Ministério da Educação e Saúde houve um aumento significativo das escolas em todas as redes nacionais. Iniciando assim o ato de Centralização e Descentralização, é necessário que se entenda que o Brasil teve varias complicações na educação, por ter sido colonizado por uma metrópole decante.

Com relação ao Brasil, na formação do Estado nacional, verificam-se as marcas decorrentes do fato de o país ter sido colonizado por uma metrópole decadente e tardia em relação ao capitalismo na Europa. Assim, o Estado teve, desde sua origem, os elementos ideológicos próprios de formações sociais que viveram um capitalismo tardio, além da particularidade escravista e latifundiária que compôs a economia nacional naquele período. (CALS, 2015, p 66)

Logo percebemos que a dificuldade em realizar uma educação social de qualidade está impregnada desde a origem da colonização do Brasil. E como o processo de centralização e descentralização está diretamente ligado com a forma de poder, esse processo será utilizado a favor dos que estão no poder e nunca ao contrario.

Com a descentralização de poder os sistemas se ampliaram, uma vez que temos sistemas nacionais, estaduais e municipais, no entanto, esse processo só veio ocorrer no final do século XX, através do Ministério da Administração e Reforma do Aparelho do Estado (MARE).

A partir do ano de 1990, num cenário em que o país passou por altos e baixos (mais baixos do que altos), nas mais diversificadas esferas, seja social, política e econômica, foi que o governo eleito em 1994, e dentro de uma perspectiva neoliberal que avançava pela América Latina, apresenta um plano de reforma do Estado brasileiro. (CALS. 2015, p 66)

A descentralização das políticas governamentais ocorre principalmente para a redução de gastos públicos do Estado e isso fica evidente após a promulgação da Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no qual percebemos uma centralização na questão de organização do ensino, como currículo e avaliação, mas, quando se trata dos gastos para a execução de determinadas tarefas que deveriam ser do Estado ocorre um repasse de responsabilidade para os Municípios.

A partir disto, a nova estratégia do Estado passa a ser a retirada da prestação de serviços públicos essenciais à sociedade, atingindo assim a educação e outras áreas. Portanto, o Município passa a repercutir um envolvimento maior na captação de suas demandas, no controle de gastos e na fiscalização do cumprimento das metas, sejam elas federais ou estaduais. É importante ressaltar que a descentralização trouxe uma nova forma de organização e isso tem respaldo legal, perante a própria LDB de 1996.

Para uma maior autonomia municipal se faz necessário que os representantes dos governos, juntamente com uma comunidade local ativa, trabalhem em conjunto para que as políticas públicas alcancem de forma mais eficaz toda a população. Contudo, não é interessante para um governo trabalhar junto da população, pois, o efeito colateral da descentralização é que o estado em parceria com o privado proporciona para a comunidade melhorias com condições privadas, como, escolas, hospitais, segurança, saneamento básico. Ou seja, o que antes era responsabilidade do estado de forma gratuita, passa a voltar para a comunidade de forma privada. Essa política de descentralização se materializa através da delegação de poderes e de funções; a desregulamentação; desunificação e escolaridade competitiva.

Um dos argumentos propostos para a descentralização na esfera da educação é devido à proximidade que os educadores possuem com a realidade dos alunos, sendo assim, os professores possuem informações onde outros órgãos de setores estaduais e nacionais não possuem. Apesar disso, vale ressaltar que o simples fato de estar próximo, de se encontrar diariamente com os alunos, não pressupõe que os educadores em questão saibam avaliar claramente as necessidades dessa comunidade, é claro que o ideal seria que isso ocorresse, porém, sabemos que nem todos se incomodam a fazer isso, além, do que existem mecanismos para que a distância física não seja impedida de conhecer realidades distantes. (TORRES, 2003)

Em uma política de delegação de funções o ideal seria a participação da comunidade através dos grupos sociais, todavia, o que acaba ocorrendo é que às decisões são tomadas pela minoria e acabam sendo tomadas por pessoas que não conhece a realidade local. Isso se dá porque o foco está em uma educação quantitativa, ou seja, uma forma da educação alcançar a todos, mas, sem se preocupar com sua qualidade.

Temos o exemplo mais recente ocorrido que foi a reforma do ensino médio, no qual a decisão foi tomada por poucos, sem levar em consideração os educadores do próprio ensino médio, uma vez que tal mudança afeta diretamente todo o futuro da nação, vale ressaltar que apenas as escolas públicas irão ser obrigadas a aderir o novo ensino médio, contudo, além de serem prejudicados no próprio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) os alunos do ensino médio da escola pública ainda sofrem no processo de mudança do sistema para outro, uma vez que as escolas precisam de uma reforma para aderir o nosso ensino médio, não foi pensado em como alojar esses alunos em outros locais.

A única forma de criar uma educação de qualidade para todos seria através da delegação de funções, entretanto, é preciso um trabalho social para que a comunidade se mobilize a participar e infelizmente isso não é prioridade aos governantes estaduais e nem municipais.

Além da própria comunidade, os professores também são deixados de lado na tomada de decisões como é o caso do próprio currículo escolar, nível esse que é de extrema dificuldade, pois, é nesse nível que ocorre o maior domínio do governo, infelizmente é nesse nível que ocorre às mudanças na sociedade, não obstante, o governo deixa o círculo fechado, deixando de fora, educadores e pensadores da educação, afim de, fazer um currículo que seja adequado ao que os governantes propõem. Ou seja, o processo de descentralização acontece, mas, quando chega à descentralização do currículo o papel é invertido e o que ocorre é uma centralização daqueles que estão no poder.

Ao longo do tempo este mesmo Estado reconheceu que a educação era importante fator para o seu desenvolvimento. Procurou assim, constituir um sistema nacional de educação, estabelecendo um currículo (recorte do conhecimento) que vai ser dividido cronologicamente e de acordo com a idade das pessoas. Estabeleceu critérios de aprovação de um nível para outro, com a reprovação significando algo que não foi absorvido para a etapa seguinte. Hierarquizou o recorte do conhecimento do mais “simples” para o mais “complexo”. Inicialmente priorizou o ensino da língua, depois a escrita (habilidade) e em seguida o contar

(matemática). Ler, escrever e contar vão passar a ser a base sobre as quais se assentam a educação para que o indivíduo fosse reconhecido como cidadão, passou-se a exigir o domínio dessas “habilidades”.

Dessa forma a escola ganha respaldo como centro de referência cultural. O conhecimento sendo estruturado se tornou estruturante, constituindo-se como um “saber comum”, um conhecimento socialmente válido (em relação a outros), reconhecido pelo Estado, que passou a conferir credencial pública aos cidadãos.

No Brasil os sistemas são organizados de maneira progressiva, sofrendo influência de outros países, num processo alternado de centralização e descentralização. Na colônia, com o poder centralizado, vimos que a organização é mais jesuítica a partir do *rátio studiorum* em que se ensinava o latim, grego e também hebraico. As escolas primárias eram instrumentos estratégicos à implantação do domínio político da Coroa, que não assumiu a instrução pública. O mais elaborado sistema, com base neste modelo, foi vivenciado na Bahia até 1763.

Na década de 80, a crise do regime e a crise econômica do Estado, provocam grandes mobilizações populares em prol da redemocratização. A escola ressurgiu para a sociedade como um espaço público apropriado de luta pela redemocratização, pelo acesso à aprendizagem e à gestão democrática. Os movimentos em defesa da escola pública de qualidade crescem e incorporam forças políticas e sociais que estarão no centro do processo constituinte e das discussões da nova LDB. Todavia, na década de 90, marcada pelo processo de globalização do ideário neoliberal e de reestruturação produtiva decorrentes do esgotamento do Estado Keynesiano desenvolvimentista, a educação sofre novo revés com as políticas de desinvestimentos em Educação Básica. É neste contexto que se evidencia a defesa da descentralização como forma de desburocratizar o Estado, dar abertura a novas formas de gestão pública e permitir a autonomia gerencial das unidades escolares.

É assim que na Constituição de 1988, confirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, os Municípios ganham autonomia para criar e organizar seus sistemas de ensino, instituindo-se o Regime de Colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O que se tornou um grande desafio visto que a descentralização ganhou caráter de desconcentração marcada pela racionalidade econômico-financeira em que o Estado se desobriga da manutenção da educação como um direito público, como um instrumento de inclusão de proteção social e de solidariedade.

Do ponto de vista macro, necessitam ainda de uma real autonomia, visto que a descentralização, regulamentada e induzida pelo Estado de viés neoliberal, na década de 90, apenas desconcentrou as funções, rompendo com o princípio de compartilhamento, de colaboração recíproca entre os entes federativos conquistados em Lei (Constituição de 1988 e LDB de 1996), acabando por reforçar a cultura autoritária e clientelista da política pública brasileira.

Nesse sentido, faz-se urgente e necessário repensar as bases do vigente modelo de educação, nos atuais Sistemas de Ensino Municipal. O sistema educacional entrou em vigor graças a Constituição de 1988, complementada pela Lei 9.394/96. A legislação previu, ainda, como alternativas a essa opção, o município compor com o estado um sistema único ou manter-se integrado ao sistema estadual. A ênfase na descentralização que foi apoiada por correntes políticas de diversas tendências em vários países. Diante disso, torna-se importante refletir sobre a constituição dos sistemas nacionais de ensino, na perspectiva de se procurar compreender a criação dos sistemas municipais.

A legislação brasileira hoje, principalmente a Constituição 1988 e a LDB (1996), possibilitam aos municípios maior autonomia na criação e organização de seus sistemas de ensino. Mesmo com as distorções as das verificadas em termos de modelo e financiamento é possível pensar em alternativas que de fato coloquem os sistemas municipais em sintonia com outros processos, com outro modelo de educação, pautados numa outra visão de ciência, de conhecimento, comprometidos com a construção de uma sociedade mais humana, solidária e orientados por uma Política Pública Democrática e Popular, com o intuito de mudar a escola por dentro e iniciar um processo de superação da cultura de exclusão. Afinal, é no município que começa nossa cidadania.

Ainda estamos longe de conseguir isso de forma eficaz, pois, o sistema municipal, tem as mesmas dificuldades do Nacional e às vezes ainda maiores obstáculos.

[...] os obstáculos que historicamente impediram a organização do Sistema Nacional de Educação em nosso país, classificando-os em quatro tipos: a) os obstáculos econômicos decorrentes da histórica resistência à manutenção da educação pública no Brasil; b) os obstáculos políticos caracterizados pela descontinuidade nas políticas educativas; c) os obstáculos filosófico-ideológicos, isto é, a prevalência das ideias ou mentalidades pedagógicas refratárias à organização da educação na forma de um sistema nacional; d) os obstáculos legais materializados na resistência à incorporação da ideia de sistema nacional na nossa legislação educacional, cuja ponta de lança se ancorava na suposta e logicamente inconsistente tese da

inconstitucionalidade da proposta de Sistema Nacional de Educação.
(SAVIANI, p.02, 2009)

Ocorre em muitos municípios tais obstáculos e mais, normalmente quando a população já está acomodada com aquela situação, fica como se tudo aquilo que está errado fosse simplesmente “normal”. Os sistemas de ensino municipais podem contribuir para a quebra do clientelismo e fisiologismo ainda muito fortes no poder local e o surgimento de outra cultura local em que a educação pública municipal, articulada e em colaboração com os outros entes federativos, se torne uma referência importante de cidadania popular, democrática e participativa necessária à formação de cidadãos mais ativos e comprometidos com o controle social do poder público. Como nos diz Paulo Freire “a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Cabe-nos colocar sua força em função de nossos sonhos, da reinvenção do poder” (2000, p. 126-127).

3 O MUNICIPAL DO ACARÁ

O município de Acará é um dos maiores da região do Baixo Tocantins, seu território é tão vasto que no decorrer dos anos, municípios como Tome-açu, Tailândia, Concordia e Moju se originaram dos seus territórios. Utilizamos do livro de Benedito Passos (2002) com o título de “Maré Grande: no vale do Acará” onde autor trás relatos da historia do município de Acará, utilizamos do próprio *site* da Prefeitura do município a fim de compreender de forma sucinta as origens do município.

A educação do municio conta com 1926 funcionários da rede educacional, segundo dados fornecidos pelo RH (Recursos Humanos), além disso, a SEMED está divida nos setores: gabinete, RH, Censo Escolar, Bolsa família, Diretoria de ensino, Diretoria de Programas e Projetos, Planejamento e Gestão Educacional, Logística, Documentação, Formação e Regulamentação Escolar, Auditoria, Secretaria geral e Coordenação de eventos. A SEMED está situada no KM 01 da PA 252, rua principal da cidade, ficando em uma esquina com a rua projetada.



Fonte: autoria própria.

3.1 Breve histórico do município do Acará

O município de Acará vem ser um dos mais antigos de sua região com seus 144 anos, está localizado na mesorregião nordeste do Pará e a microrregião homogênea de Tomé-açu, antiga região fisiográfica Guajarina. é dividido pelo rio Acará no qual perpassa as águas em frente a sua sede dos rios Acará-Mirim e o rio Miritipitanga. O mesmo limita-se até as fronteiras de Belém, Moju, Ananindeua, Bujaru, Concordia do Pará, Tome-Açu, Tailândia e Barcarena.

O surgimento do município se deu devido os colonizadores portugueses realizarem a exploração do território paraense nas direções do interior do Estado do Grão-Pará e Maranhão, durante a realização desses percursos pelo rio Acará, os colonizadores portugueses perceberam a facilidade da navegação nas águas, a fertilidade das terras e a abundancia de madeiras, logo, atraídos por essas condições tão favoráveis, não demorou muito para se instalarem no local, onde a principio foi organizado um núcleo de colonização no qual mais tarde veio a se tornar a sede do município.

O nome do Município origina-se de expressão indígena que pode ser interpretada de diferentes maneiras A= (aquele que); CARÁ= (roer, morder); logo, “aquele que morde ou

rói”. Nome de peixe amazônico “acará”, diversas espécies. Em outra tradução: ACA= (ponta, esporão); RÁ= (rabo), ou seja, aquele que fere com esporão, ou como propõe o próprio Teodoro Sampaio ACARÁ= (cabeça áspera); cascudo, referência aos peixes que se encontram nos cursos dos rios de água doce, em particular no rio Acará.

No ano de 1758 foi concedido ao município o nome de São José do Acará, pelo Governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Marquês de Pombal. Durante o período da independência o seu nome original São José do Acará se manteve. Por volta de 1833 fez parte da Comarca da capital com a divisão da província em termos de Comarcas, nas sessões de 10 a 17 de maio daquele ano. Após 6 anos, com a lei nº 14 de 09 de setembro de 1839, que criou a freguesia de Moju, o território a ela ficou ligado. (PASSOS, 2002)

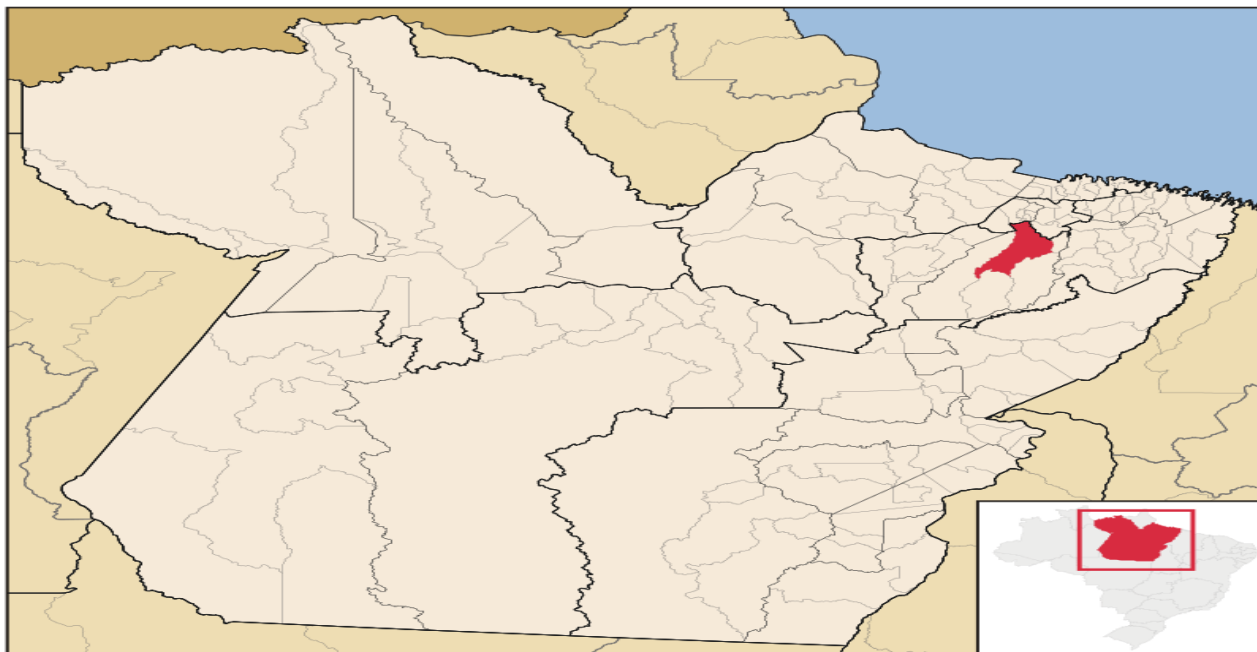
Em 04 de setembro de 1840, o município voltou a se dividir por causa da nova Lei a de nº 53, que determinou uma parte sendo a freguesia de São José de Acará e, a outra com a recém-criada freguesia de Nossa Senhora da Soledade do Cariri, sendo que esta foi criada pelo mesmo ato legal. A promulgação da Lei nº 441, no dia 20 de agosto de 1864, manteve a categoria de vila a Moju e desmembrou a freguesia de São José de Acará, que passou a pertencer ao Município da Capital. O desenvolvimento das áreas banhadas pelo rio Acará, sobretudo das freguesias de São José e de Nossa Senhora da Soledade do Cariri, levaram o Legislativo provincial à criação de um novo Município.

Logo, em 19 de abril de 1875 com o cumprimento da Lei Provincial de nº 839 nasceu então o Município de São José de Acará, que foi oficializado em 23 de março do ano seguinte. Entretanto, por volta de 1930 e 1932 o município voltou a ser agregado ao Município de Belém através do Decreto Estadual nº 6 de 04 de novembro de 1930, voltando a recuperar a sua autonomia em 08 de Janeiro de 1932 através do decreto nº 579.

Após alguns anos, o Acará e sua população, vivenciaram uma outra situação que foi a de 1955 a 1959;

Conforme o estipulado na Lei nº 1.127 de 11 de março de 1955, o Município de Acará vivenciou a tentativa de desmembramento de seu território para a construção do Município de Tomé-Açu. Porém a Lei foi considerada Inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 04 de outubro do mesmo ano da sua promulgação. Quatro anos depois, em 1959 o governo do Estado promulgou a Lei Estadual nº 1725 em 17 de Março mediante a qual foi criado em definitivo o Município de Tomé-Açu com terras pertencentes a Acará, donde Tomé-Açu era Distrito. (fonte: Prefeitura Municipal de Acará)

Tendo um território ainda muito vasto o Acará foi dividido mais uma vez dando origem ao município de Tailândia no ano de 1988 com a Lei de nº 5.452 de 10 de maio. Hoje o Município possui localidades como o baixo Acará, alto Acará e o centro da cidade. E mesmo com essas divisões ainda é um município muito grande.



Fonte: Google fotos.

3.2 A SEMED e o sistema municipal de educação

Para compreender melhor precisamos perceber que o ensino do Brasil sofreu diversas mudanças e isso implica até hoje na sua organização de ensino.

Em primeiro lugar, há de se entender que os atuais sistemas de ensino são fruto de um longo processo histórico, político e social que se iniciou quando o Estado moderno resolveu assumir a educação como uma de suas tarefas, pois reconheceu que a educação era importante fator para o desenvolvimento de uma nação. Ao assumi-lá, organizou gradativamente a escolarização de maneira a ser comum atingir a todos e em todos os espaços, ou seja, seria universal e de massa. (CALS, 2012 p. 75)

Apesar de ser conquistado ao longo do tempo, ainda existem locais no Brasil que não se atentaram em reorganizar o seu sistema de ensino, hoje infelizmente o Acará não conta com um sistema de ensino municipal e nem conselho municipal de educação, como o próprio secretário de educação afirma “[...] hoje infelizmente não temos um sistema de educação, nosso conselho está inativo, mas, uma das nossas metas é fazer isso funcionar até final do ano. [...]” (2019). A única forma de planejamento a longo prazo que o município se preocupou em

realizar, mas ainda tendo grandes dificuldades em executar é o seu plano municipal de educação.

É necessário instrumentos para a que o município se organize, a tramitação legal através das leis são essenciais, entretanto, deve ser claro, como o próprio SAVIANI (1999) aponta:

[...] a própria Constituição, ao prescrever no art. 22, inciso XXIV, que compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional; que compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto (art. 24, inciso IX); e que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência (art. 23, inciso V), não estendeu aos municípios a competência para legislar em matéria de educação. Portanto, não tendo autonomia para baixar normas próprias sobre educação ou ensino, os municípios estariam constitucionalmente impedidos de instituir sistemas próprios, isto é, municipais, de educação ou de ensino. Não obstante, o texto constitucional deixa margem, no art. 211, para que se possa falar em sistemas de ensino dos municípios quando estabelece que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino” (SAVIANI, 1999, p 04)

O não esclarecimento do documento pode induzir a má interpretação do mesmo uma vez que o município é gerador da cultura, educação e ciência, mas, não são lhe dados os meios para exercer essa função. Logo, “O texto da nova LDB, entretanto, procurou contornar a dificuldade apontada, ultrapassando a ambiguidade do texto constitucional e estabelecendo com clareza a existência dos sistemas municipais de ensino.”³.

Para Saviani o sistema municipal dá margem para diversas interpretações e alternativas, desde a escolha de aderir ou não um sistema. Contudo, a partir da imposição constitucional aos municípios que devem a exercer a função de proporcionar o acesso à população à cultura, educação e ciência, além da utilização de programas na área da educação, é necessário que ações sejam tomadas e preferencialmente que sejam planejadas, ou seja, essas questões abordadas precisam de um plano previamente traçado, para analisar desde as necessidades, até as questões financeiras.

O grande problema encontrado no município é o cumprimento das leis e normas estabelecidas de serventia pública, tanto para a política educacional, saúde, transporte ou

³ SAVIANI, Demerveal. **Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios**. IV Plenária do Fórum Estadual de Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 17/9/98, p 05.

segurança. Fato é que os próprios governantes ocasionam o desvio da parte do setor público o que acabam precarizando, todos os setores públicos uma vez que o mesmo não tem uma fiscalização funcional sendo executada.

Se em outros momentos históricos a participação era uma demanda remota, uma esperança de futuro, atualmente, há espaços legais que a *possibilitam*, embora, operacionalmente, constata-se assimetria de poder nas relações entre as instâncias, acompanhada de movimentos de ingerência, recentralização, hibridismo, descompromisso, inversos ao protagonismo local, mascarados em convênios de colaboração e parcerias. Possibilitar, portanto, não é assegurar. possibilitar implica estabelecer, instituir, fundar; exige olhar inquisidor, que busca a forma de instaurar, desenvolver, retomar, reinventar procedimentos democráticos. (WERLE; THUM; ANDRADE, 2008, p. 03)

Logo a criação de um sistema educacional do município acaba sendo afetado de forma prejudicial, devido os principais agentes não terem voz e quem são eles? São a população, através de seus respectivos representantes. Outro grande problema é a própria SEMED do município onde há cargos ocupados por indivíduos que desconhecem a própria função o que gera todo um atrasado quando determinado cargo precisa tomar certas decisões.

A partir da criação e organização do seu sistema de ensino o município deveria levar em conta, a legislação em vigor. Em âmbito nacional são estes os principais documentos: Constituição Federal, com destaque para a Emenda nº 14 que instituiu o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental; Lei 9.394/96, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional; Lei 9.424/96, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 14. Em meio a essa necessidade de organização, precisamos logo analisar como o município de Acará esta se organizando.

A busca do secretario municipal de educação, se fez essencial à pesquisa, a fim de sanar duvidas e complementar as informações sobre a organização do município, levando em consideração que o mesmo assumiu recente devido ao abandono do antigo por má gestão, no qual se encontra em investigação no momento.

Iniciamos as perguntas com uma questão que foi similar a todos, indagamos sobre a formação, vale ressaltar que valorizamos todos os tipos de formação formal e informal, contudo, para um cargo como secretario de educação, é preciso repensar se o individuo possui formação adequada para o cargo. Logo então prosseguimos iniciando a entrevista com a questão: Qual a sua formação?

Secretario - *Eu primeiro vou te falar que às vezes o diploma na verdade ele é necessário para questão de legalização institucional, mas o tempo de*

serviço que eu tenho hoje na área da educação são 19 anos e assim, você tem mais prática do que o diploma, ou seja, as vezes o diploma é mais na teoria e eu tenho mais prática para a questão pedagógica, mas a minha formação mesmo, ela é em educação física, sou formado em licenciatura em educação física com uma especialização em treinamento desportivo.

Como falado acima, não vamos criticar a formação aqui adquirida, mas, fazer uma reflexão em cima disso, uma vez que apesar do secretário atual não possui nenhuma especialização ou mestrado na área de gestão, o mesmo está apto ao cargo de secretário? Contudo, já que não se trata de uma indicação planejada e sim emergencial, vejamos a seguir: Como se deu a sua escolha para dirigir a SEMED?

Secretário - *A minha escolha foi mediante um apontamento de confiança da gestão devido também alguns problemas administrativos com o outro secretário e eu vim para ocupar esse lugar, a priori eu pensei que fosse rápido, imediato, questão de dois meses para a gente concluir e voltar outro, mas aí quando eu vi que já estava dentro do sistema e eu querendo recuar, mas, aí a gente encarou porque eu já estava envolvido com o ministério público e o ministério público tava pedindo informações a nos, então nos já estávamos envolvido, até hoje tamo envolvido dentro das informações do ministério público pede a nos, porque, a secretaria de educação, vou dizer assim, que ela estava meia desorganizada, ainda tá, num tá 100% de organização, porque para você quebrar certos paradigmas, isso requer tempo, então os costumes se prorrogaram por muitos anos, então não é do dia para a noite ou da noite para o dia que isso vai mudar, mas assim, nos estamos fazendo de tudo para nos mudarmos o quadro da SEMED, para nos dizermos hoje tem uma SEMED que trabalhe, que esteja atuante, a gente está tentando mudar isso aí e assim hoje o nosso processo de lotação, que também é um processo que você não só recebe a lotação, mas você vai em loco, ver se realmente os alunos existem.*

A gestão atual vem tentando reorganizar algumas pendências, contudo, fica nítido como a questão da má política está impregnada no município de Acará, uma vez que temos profissionais mais adequados para determinados cargos, se faz necessário refletir sobre como a atual gestão vê a educação, parece que cada vez menos estão preocupados com a qualidade do ensino, pois, com essa forma de política, a sua formação não importa e sim a sua influência, é necessário que se tenha uma reavaliação desse processo, porque se não o Acará continuara nesse ciclo, é preciso quebrar esses paradigmas. A entrevista prosseguiu: Como é que você avalia a relação da SEMED com todas as escolas da rede?

Secretário - *Nos temos uma convivência boa com todas as escolas, tanto é que nos temos grupo de whatsapp hoje que nos comunicamos praticamente 24h, todos os dias, temos comunicação com os diretores, porque hoje nos temos as escolas polos, que nos representam para chegar às escolas nucleadas menores, então todos os dias nos temos informações a respeito das escolas, a nossa convivência é boa, nos temos problemas, porque o nosso município é um município muito longínquo de algumas localidades, a*

extensão territorial é muito grande, então você às vezes demora tempo para passar em determinadas escolas.

De fato uma das maiores dificuldades em relação a auxiliar as escolas é o fato do município de Acará ser imenso, hoje a educação do município precisa ter um olhar com mais cuidado para as escolas do interior, mas, é necessário que as escolas polos estejam preparadas para tal e mais, é possível também pensar em organizar uma equipe que fique responsável por essas visitas, pois, isso já ocorreu em gestões passadas no qual foi criado como a exemplo da Secretaria Geral que foi criada devido as escolas não terem secretaria(o) ou seja, as escolas nucleadas traziam os documentos para a SEMED que realizava os tramites legais. No primeiro momento essa equipe vez visitas pelas escolas da rede e com base nos dados colhidos foi criado no próprio prédio da SEMED a Secretaria Geral.

Como órgão principal da educação do município, é dever da SEMED proporcionar formação continuada aos profissionais da rede de ensino, não obstante, cada vez menos nos vemos essa preocupação, logo o questionamento se faz necessário: Você tem alguma proposta sobre a formação continuada para professores e outros funcionários da rede da educação?

Secretario - *Nos promovemos algumas formações o nosso corpo técnico mesmo que nos temos, e ontem tivemos uma reunião que foi falado novamente, nos vamos ter de novo, novas formações, todos os anos nos pretendemos ter formação continuada. Hoje nos estamos estudando a BNCC elaborando nosso currículo, então esse ano nos tivemos poucas formações, acho que tivemos formações na área de educação especial e na área da EJA são as formações que tivemos para o fundamental nos estamos muito engajados na questão da BNCC e ai a gente não teve quase formação esse ano a não ser a jornada que é uma formação, a jornada pedagógica.*

Claro que precisamos levantar outras questões, no município esse processo de formação continuada que ocorre no mínimo, precisa também ser revisto, pois, além da formação, falta investimento em recursos pedagógicos, em melhores condições das escolas, se faz necessário que os projetos sejam repensados.

[...] o fato de que a questão da formação de professores não pode ser dissociada do problema das condições de trabalho que envolvem a carreira docente, em cujo âmbito devem ser equacionadas as questões do salário e da jornada de trabalho. Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos. (SAVIANI, 2009, p. 11)

As condições matérias são de suma importância para uma boa formação e para o repasse do aprendizado, todavia, o município além de pontuar questões específicas, precisa repensar a carga horaria do funcionário que busca uma formação continuada. Os profissionais

da rede tem que ir a busca de formação própria, ao trabalhar demais e o município não disponibiliza de uma gratificação para quem está continuando os estudos, logo, é comum os funcionários da rede acabarem na formação em que estão, alguns tem o nível fundamental, outros médios, outros superiores, mas, mestres, doutores ainda são muito raros na rede do município. É preciso repensar a formação continuada dos professores e outros funcionários, precisa ser repensado as parcerias com as instituições de nível superior que o município possui atualmente, que são a UFPA e UNOPAR.

Ao indagarmos sobre: o que você destaca como avanço e como dificuldade no trabalho da semed?

Secretario - os avanços que nos tivemos hoje é que nos temos uma informação que ela não tá em sistema, mas, ela está sendo mudada para o sistema, nos estamos conquistando o nosso sistema nos vamos começar a trabalhar com o CONVIVA e com outro sistema que vai ser comprado, então já é um avanço que a gente tá tendo para ter umas informações que você não precise tá revirando o papel, então onde você estiver, se vai poder acessar e tendo a informação que você quer. O avanço é a presença da secretaria direto, as nossas visitas as escolas e um dos maiores entraves que nos temos hoje é o transporte escolar por conta do recurso que não é suficiente, é o que hoje emperra a educação do nosso município, que hoje se você pensar, não é má gestão e sim má financiamento do governo federal, porque o que o governo federal, estadual manda não é suficiente, então hoje como eu tenho um quadro funcional bastante elevado por conta de irresponsabilidade de que quando foi feito o concurso publico e ai o gestor não verificou o impacto que causaria na folha que você receberia. Então hoje nos temos além dos funcionários concursados, nos temos os temporários que da uns 450 mil, e ainda tem o transporte escolar terceirizado, então a dificuldade hoje é recurso que não está sendo suficiente, para suprir a necessidade e dentro disso você inclui o transporte escolar que ele não tem o recurso ampliado, ele tem o recurso próprio, as, não é o suficiente, então hoje o recurso que vem do FUNDEB para ajudar no transporte, se ajuda em 20%, 30% no máximo.

Percebam como não há um olhar criterioso as questões pedagógicas, é claro que o mesmo atua há pouco tempo, no entanto, a qualidade de ensino deveria estar sempre em primeiro lugar, mesmo levando em consideração que a visão de cada graduação, tende a ter suas próprias diferenças, para determinadas situações. Prosseguimos com: Existe um projeto educativo na SEMED hoje?

Secretario - O projeto que nos temos na SEMED hoje é a escola de musica que é da SEMED, nos temos o bom atleta bom aluno que funciona no ginásio, nos temos o cursinho preparatório para vestibular e vai entrar mais dois projetos agora, através do departamento de atividades físicas que torna em um projeto de escola integral.

Podemos notar mais uma vez que não temos relação à qualidade do ensino do município atual, como fazer para melhorar a educação geral do município? Propostas de formação aos profissionais, propostas de reposição de aulas, não foi mencionado. Logo, foi feito outro questionamento. Sobre a questão do projeto pedagógico, cada escola tem o seu ou a SEMED disponibiliza um projeto específico ou cada escola faz o seu? O mesmo respondeu. “Cada escola tem o seu próprio regimento, eles tem o próprio projeto pedagógico, então tem muitos projetos pedagógicos bons, escolas que já tem há décadas os seus projetos pedagógicos e a SEMED tem o dela que às vezes ela leva como preposição as escolas.”

Para complementar essa pergunta, vamos dar a resposta dá próxima, para analisarmos ambas: Como você avalia a relação da SEMED com o CME?

***Secretario** - O nosso conselho municipal deu uma quebrada, uma parada, assim como o nosso sistema parou, travou, o nosso conselho municipal de educação ele parou, mas, hoje após nos assumirmos essa secretária nos está colocando para fazer os estudos, onde estão as documentações, até porque nos fomos informados que lá no conselho estadual de educação que nos temos o nosso próprio conselho, e as vezes nos precisamos buscar a ajuda deles lá, só que assim, o conselho ele foi mandado para lá junto com o sistema para a Câmara, porque naquela época era obrigado ter o sistema de educação com o conselho municipal de educação, então informaram, junto com o protocolo para a Câmara e para o conselho estadual, porque eles acham que nos temos o nosso atuante, porque foi informado o protocolo de encaminhamento para a Câmara, então eles achavam que tinha sido aprovado, mas o nosso conselho estadual, ele não está ativo, mas, que provavelmente até final do ano nos queremos colocar ele para funcionar, para que ano que vem ele entre já funcionando o sistema e o conselho municipal.*

O fato do município de Acará não possuir um CME, só demonstra que o mesmo está perdendo seu espaço de democracia, uma vez que o conselho faz parte de um tripé para uma melhor educação de qualidade, onde temos o Conselho Municipal de Educação, o Plano Municipal de Educação e o Sistema Municipal de Educação. Uma vez que a população não tem essa organização quem perde vai ser ela, pois, não é interessante para um governo conservador uma sociedade que se organize de forma mais autônoma, é necessário que se pense, pois, “Atualmente, a constituição dos conselhos de educação tem sido percebido como a abertura de espaços públicos de participação da sociedade civil organizada, caracterizando a ampliação do processo de democratização e participação da sociedade”. (CALS, p. 110, 2012)

Uma vez que a sociedade civil não se organiza, ela irá ficar a mercê da gestão pública, não é uma análise de partidos quem está à frente ou não, é simplesmente o fato de que independente da gestão e do partido a população precisa se organizar a fim de usufruir da

verdadeira democracia e não deixar ela apenas no papel. Por isso o SME em conjunto com o CME são de extrema importância para uma gestão mais democrática, com um envolvimento maior da população.

O projeto de lei de SME é o resultado complexo do envolvimento de técnicos e agentes do órgão municipal de educação, de comprometimento do CME, de articulação com a sociedade local e instituições representativas de professores, funcionários, estudantes e pais. Não há como deixar de contar com a associação de pais das escolas da localidade, com o sindicato de professores ou associação de funcionários de escolas da rede municipal. Isso porque a lei do SME deverá explicitar quem são os professores e demais colaboradores do trabalho educativo, que papel a eles é atribuído, como serão os processos de formação e desenvolvimento desses profissionais, condições de trabalho, etc. (WERLE; THUM; ANDRADE, 2008, p. 08)

Infelizmente o município de Acará ainda encontra certas barreiras, logo, precisamos estar cientes das possibilidades da gestão atual, é necessário um maior comprometimento de ambas as partes, de todos os membros da gestão pública, mas, também, um comprometimento maior da própria população.

4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO MUNICÍPIO DE ACARÁ

Nesse capítulo a pesquisa se propôs a apresentar de forma sucinta os meios legais que o Município tem se organizado, logo, apresentaremos uma análise no PME e a análise das entrevistas com outros sujeitos agentes da educação da cidade, infelizmente não conseguimos uma entrevista com a Prefeita atual que seria de um acréscimo a pesquisa.

Leva-se em conta que a área de educação do município passa por dificuldades em sua organização, se faz necessário refletir, e não apenas deixar que a gestão se mobilize para mudar a educação, mas, que a população comece a aceitar menos certas situações como o próprio sucateamento das instituições públicas, então é indispensável que a comunidade se mobilize a fim de uma educação de qualidade para todos, pois, o Município tem condições de fazer isso.

4.1 Análise do Plano Municipal de Educação

Partindo do pressuposto que o Sistema de Ensino do Município de Acará não é um documento posto em prática ou como acontece o caso de não ser conhecido por todos os funcionários da rede organizacional e do fato do Conselho Municipal de Educação não se estabelecer ainda na cidade o PME acaba sendo a única forma organizada que o Acará tem atualmente.

Durante a realização da pesquisa participamos da VI Conferencia Municipal da Educação de Acará que foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil Doutora Ruth Passarinho, situada na PA-252, km 01, Bairro Alegria nos dias 26 e 28 de abril de 2018, o que nos deu novas possibilidades de material como, as análises e discussões sobre o PME na Conferencia o que contribuiu diretamente com o nosso trabalho, foi possível observar a relevância que o PME tem na cidade, como também se algumas estratégias foram realizadas ou não durante o processo da pesquisa.

Tivemos a Palestra do Sr. Alexandre Augusto Cals e Souza, Professor Doutor em Políticas Públicas Educacionais - PUC/ São Paulo, no qual após a saudação, deu ênfase nos seus estudos sobre os Sistemas e Planos Municipais de Educação, mencionou a sua tese que foi sobre o Sistema Municipal de Educação de Breves (Organização do Ensino no Marajó). O Palestrante continuou;

[...] que a educação está atrelada à economia; que sem dinheiro não há educação; que as metas do Plano Municipal de Educação de Acará são bem "ousadas"; que essa ousadia tem que se constituir na prática; que já há um plano aprovado, mas que não funciona na prática; que a educação deve ser planejada; que sem planejamento não se faz educação; que não adianta ter plano constituído se esse plano não funcionar de fato; que a lógica de seus debates é sempre o produto fim: Educação de Qualidade; que trás ao Acará o debate de transformar o Acará em cidade com educação modelo. (CALS, 2017)

Como podemos presenciar, não basta apenas ter o melhor PME, é necessário que o planejamento seja levado a serio, a fim de promover uma educação de qualidade. Durante a Conferência, muito se foi debatido, mas, até nas metas a curto prazo, podemos presenciar um descaso, como presenciaremos mais a frente nas análises de algumas metas. Para Saviani (1998) mesmo a Constituição se referindo ao sistema municipal e a LDB dando seu respaldo legal, quando se trata do PME, nenhuma dá uma formula para a sua elaboração, ou seja, não há normas que estabeleçam a criação do Plano, atualmente, se pega o Plano Nacional de Ensino e por ele se baseia a criação do Plano Estadual e chegando por fim ao Municipal. No que diz respeito à LDB e a Constituição o autor nos reforça.

Efetivamente, a Constituição se refere no art.14 a plano nacional de educação a ser estabelecido por lei e a LDB estabelece como incumbência da União “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios” (Art. 9º, I) e como incumbência dos estados “elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios” (Art. 10, III). (SAVIANI, 1998, p. 13.)

Se para criar o PNE existe um processo de colaboração entre todas as entidades, o mesmo não ocorre no processo inverso, o que ocorre acaba sendo um processo de padronizar o ensino, é claro que ao dizermos que a educação para todos é ótimo que isso seja padrão, não obstante, se faz um olhar diferenciado para cada situação. Claro que o ideal seria que todo Município elaborasse o seu, todavia, como não é o caso o mínimo é que se tenha um Plano Estadual de Educação diferenciado e o Acará por sua vez teve diversas dificuldades na criação do seu PME.

Podemos presenciar esse problema de padronizar a exemplo dos livros didáticos que são fornecidos com uma visão, enquanto que na realidade é outra, esse ato de padronizar em longo prazo e é o que já presenciamos nos dias de hoje, acaba que tirando o valor da cultura local de cada região.

O PME teve a aprovação em 2014 e sendo executado em 2015 com vigência de dez anos. Notamos que é um plano que sofre com algumas complicações por não ter sido elaborado de uma forma mais democrática, pois, foi elaborado a partir da perspectiva dos colaboradores da cidade.

Ao elaborar um PME é necessário que o plano seja pensado para a realidade, pois se não à mesma irá passar por um processo de difícil acesso a educação, e como já vimos os municípios tem respaldo legal para buscar criar seus próprios planos, para fins de exercer uma maior autonomia em sua própria rede de ensino, aliás, se faz necessário ouvir a população, elaborar um plano com apenas uma perspectiva pode prejudicar mais do que ajudar.

O PME surge graças à construção de políticas de transformações na área da Educação Básica, uma vez que é essa a área de responsabilidade do Município, com esse surgimento temos uma reorganização dos espaços escolares, nas formas de ensinar e aprender, de avaliar e desenvolver uma educação de qualidade para todos os jovens e adultos acaraenses. E tal elaboração segue normas das leis mencionadas abaixo:

A **lei 146/ 2008** que versava sobre o Plano Municipal de Acará foi construído com base na **Lei nº 10.172/2001** Plano Nacional da Educação, conforme o que estabelecia o Art. 2º - “a partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais de educação”. Também a **LDB nº. 9394/96**, em seu **Artigo 10** “Os Estados incumbir-se-ão de elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos municípios”. (ACARÁ, 2015, p. 02)

Com a aprovação da **Lei de 13.005 de junho de 2014** o Acará inicia seu processo de reestruturação política educacional para atender os parâmetros postos pelo Plano Nacional, logo, o município resolve colocar o Fórum Municipal de Educação para que fosse efetivado o processo de alinhamento ao Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual Educacional (PEE).

Seguido da sua aprovação e ao ser instituído como Lei Municipal, o PME atual terá como órgão principal a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), que se compromete dentro das suas limitações a execução do mesmo, seja financeiramente ou de forma técnica, para que possa assim cumprir suas metas estabelecidas.

As metas elaboradas vão de 01 até a 20, toda meta possuindo suas estratégias a serem seguidas, para que se tenha uma execução adequada de cada meta. Tais estratégias são analisadas através de Saviani (1999) quando o mesmo reforça para uma ação planejada é necessário que se tenha a organização de vários elementos, logo, observaremos que articulações serão feitas para o cumprimento de determinadas estratégias.

Algumas metas deixaram de ser apresentadas, não por não terem relevância, mas, porque não tem relação com a organização do sistema e suas articulações, além disso, iremos ressaltar no decorrer da análise passos básicos que deveriam ser seguidos segundo Saviani (1999):

Efetuar um diagnóstico das necessidades educacionais a serem atendidas pelo Sistema de Ensino Municipal, começando pelos setores definidos pela Constituição Federal e pela LDB como prioritários para os municípios (Ensino Fundamental e Educação Infantil) e seguindo com os setores considerados de atendimento relevante como educação especial, alfabetização e educação básica de jovens e adultos, Ensino Médio; (SAVIANI, 1999, p. 14)

A meta 01 no Plano Municipal de Educação tem foco na educação infantil para crianças de até 05 anos de idade, da creche e pré-escola ao analisarmos, temos a estratégia “1.1. Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão da rede pública de Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais.” (ACARÁ, 2015, p. 04). A colaboração se torna essencial para a realização dessa meta, pois, apenas o município, não tem autonomia para realizar um projeto dessa demanda.

Seguindo adiante temos outra estratégia:

1.8. Oportunizar, em colaboração com os outros entes federados, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga, possibilitando a relação computadores/crianças nas instituições de Educação Infantil, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação como mais um ambiente de aprendizagem. (ACARÁ, 2015, p. 05)

Como sabemos vivemos no mundo da informática, logo ao buscarmos preparar os alunos para a vida social e o trabalho, é necessário que se faça parcerias para que se tenha um desempenho nesse aspecto mais apropriado, levando em consideração se a escola possui meios de receber tais recursos.

1.11. Articular com as Instituições de Educação Superior (IES) com vistas a assegurar, nos cursos de formação para profissionais do magistério, a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e de aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos. (ACARÁ, 2015, p. 05)

É de total importância à parceria com Instituições de Educação Superior, principalmente para mobilizar os professores a terem uma formação continuada, tem o exemplo, o próprio PARFOR no município. Vale total destaque para que de preferencia essa parceria seja feita com Instituições públicas.

Partindo desse pressuposto notamos que é necessário que a população se organize, e a estratégia a seguir abordar isso:

1.13. Implantar ou consolidar, no prazo de dois anos de vigência deste PME-ACARÁ, Conselhos Escolares ou outras formas de participação da família, da comunidade e dos profissionais envolvidos com a Educação Infantil, para acompanhamento e avaliação da gestão administrativa, pedagógica e financeira em cada Instituição de Ensino. (ACARÁ, 2015, p. 05)

Mesmo sendo uma das estratégias, não vemos e nem notamos essa mobilização que os conselhos escolares e principalmente os pais dos alunos deveriam fazer, normalmente as avaliações por grupos pequenos, e assim o que era para ser uma educação descentralizada passa a ser uma centralizada, porque, fica fechada apenas em um pequeno grupo, da gestão e da SEMED. E mais como citado acima por Saviani (1999) o primeiro passo é diagnosticar e quem melhor para auxiliar isso do que a própria população local?

Outro ponto de relevância é a busca de se organizar com outras entidades dos municípios que a estratégia 1.14. Apresenta-nos “Instituir mecanismos de colaboração entre os setores da Educação, Saúde, Assistência Social e representações da sociedade civil, com vistas à manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das instituições...” (ACARÁ, 2015, p. 06).

Na meta 02 a outro caso da universalização do ensino no fundamental de 09 anos, buscando um índice de 98,8% de aprovação dos alunos com idade recomendada. Nesse temos a estratégia de “2.1. Participar, em articulação com os entes federados, da elaboração da proposta curricular de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) estudantes do ensino fundamental, a partir do primeiro ano de vigência deste PME-ACARÁ.” (ACARÁ, 2015, p. 06).

Acompanhando ainda por meio de articulações entre os entes federativos, temos a 2.2 que cita “Participar do pacto entre os entes federados para implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configuração da base nacional comum curricular do ensino fundamental.” (ACARÁ, 2015, p. 06). Hora é de extrema importância a busca de parcerias com entidades apropriadas, uma vez que o município não possui tais meios de conseguir uma organização tão eficaz sozinho.

Temos ainda no 2.11. Uma estratégia de grande relevância que aborda o seguinte:

Propiciar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região, a partir do primeiro ano de vigência deste PME-ACARÁ. (ACARÁ, 2015, p. 08)

Organizar um sistema de ensino com tais condições é de extrema eficácia, uma vez que o Município de Acará possui uma grande defasagem de alunos em períodos de safra, como por exemplo, o açaí, pimenta e mandioca. Ou seja, os alunos em determinados períodos do ano não frequentam as aulas, pois precisam trabalhar com seus pais. É necessário que a realidade dos alunos seja representada, pois, como o próprio Paulo Freire (2000) nos apresenta em sua pedagogia, é necessária uma contextualização, da realidade onde o professor e aluno serão submetidos ao processo de aprendizagem.

Seguimos com a meta 12, porque as anteriores não tem um foco relevante nas questões organizacionais, mais uma vez, isso não quer dizer que são menos importante, mas, para a nossa pesquisa em específico tais metas, não se fazem tão necessário.

A meta 12 nos apresenta o foco no nível superior, no qual, está presente no município de Acará, existem cursos regulares de Pedagogia e Educação do Campo e intensivos de Matemática pela UFPA (Universidade Federal do Pará). Temos também PARFOR, disponível pela UFPA e pela UEPA (Universidade Estadual do Pará) trazendo o

curso de Pedagogia. Além das instituições públicas temos a UNOPAR (Universo Norte do Paraná) que fornece alguns cursos à distância.

O segmento da estratégia 12.1 é o responsável pelas articulações com as IES públicas e privadas para dar o apoio necessário disponibilizando cursos que respeitem as respectivas demandas. Fato que essa estratégia funciona, contudo, a um breve esquecimento em continuar com as articulações, temos a exemplo que no ano de 2018 já não foi ofertado turma para o município de Acará, pelas instituições públicas e apenas a privada.

Em outra estratégia, ainda da meta 12 temos a 12.5 que vem sendo trabalhada, “Articular, com as IES públicas, a implementação da oferta de educação superior, prioritariamente para a formação de professores (as) para a educação básica, sobretudo nas áreas com déficit de profissionais em áreas específicas.” (ACARÁ, 2015, p. 32), mas, ainda precisa de mais apoio da gestão e tempo para que a meta funcione e como foi dito acima, esse ano já não teve demandas de cursos, devido a problemas de suporte pela gestão atual do município.

Chegando à meta 16 que tem como foco a formação continuada, temos duas estratégias que alguns podem achar que se complementam, outros podem achar que poderiam ser só mais uma e assim segue. Na análise feita, notamos que sim, elas estão muito próximas devido a própria elaboração de o texto as aproximarem muito, na 16.1 abrange o seguinte:

Planejar e oferecer, em parceria com as IES públicas e privadas, cursos presenciais e/ou a distância, em calendários diferenciados, que facilitem e garantam, aos(às) docentes em exercício, a formação continuada nas diversas áreas de ensino, a partir do SEGUNDO ano de vigência do PME-ACARÁ. (ACARÁ, 2015, p. 35)

Logo a seguir temos a estratégia 16.2 no qual além de reforçar as articulações com as IES, também dá ênfase em alguns cursos dentro da formação continuada dos professores;

Articular com as IES públicas e privadas a oferta, na sede e/ou fora dela, de cursos de formação continuada, presenciais e/ou a distância, com calendários diferenciados, para educação especial, gestão escolar, educação de jovens e adultos, educação infantil, educação no campo, educação de gênero, a partir do segundo ano de vigência do PME-ACARÁ. (ACARÁ, 2015, p. 36)

É de suma importância que os educadores da rede municipal possam ter sua formação continuada, e isso é válido não apenas ao Acará, como em toda a rede nacional, é necessário que os educadores tenham mais espaço para ampliar o seu conhecimento a medida que vão exercendo sua função de professor. Assim, chegamos à estratégia 16.4 que diz “Fomentar, em articulação com as IES, a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação nas

diferentes áreas do magistério, voltados para a prática educacional, na vigência do PME-ACARÁ.” (ACARÁ, 2015, p. 36). Essa talvez seja a única estratégia o qual não se vê ser trabalhada no município, pelo menos não com as instituições públicas.

Na meta 17 destaquei três estratégias no qual normalmente os governantes façam menos uso, afinal, na estratégia 17.1 é destacado a fundação de um fórum com as representações dos órgãos públicos, dos trabalhadores da educação e segmentos da sociedade civil para o acompanhamento do piso salarial.

E na estratégia seguinte, temos a criação de um fórum ou conselho, que seja observatório para que haja uma valorização dos profissionais da educação, por meios de estudo, debates, e outros.

Na meta 19 do Plano Municipal de Educação que deveria já ter sido colocada em prática, pois o seu prazo é de assegurar condições dentro de dois anos para a efetivação da gestão democrática. Em Acará assim, como em vários municípios do Brasil a politicagem ainda impregna as gestões democráticas, porque, o que é muito comum de se fazer é que durante as eleições são prometidos cargos a determinados indivíduos em caso de vitória de determinado partido. Isso prejudica todo o sistema democrático, além, de atrasar completamente o sistema, pois, o que ocorre é que os indivíduos não estão aptos a determinados cargos o que acaba gerando vários transtornos no decorrer daquela gestão.

Outro ponto que Saviani (1999) nos apresenta é que temos dois Planos Nacionais, o do MEC e o da contraposição elaborado no II Congresso Nacional de Educação, um interessado na racionalidade financeira da educação e outro preocupado com a qualidade social. E muitas vezes isso prejudica na criação do Plano Municipal, devido não saberem que estratégias seguirem, pois, atualmente o Brasil não vive em um momento onde o foco é a qualidade social, a educação e não vem de agora, passou a ser visto também como uma fonte de renda para o capital, deixando a qualidade em segundo plano.

4.2 Análises das entrevistas com atores que atuam na educação municipal

Para uma análise mais precisa da pesquisa de campo, fomos atrás de alguns representantes que pudessem nos dar determinadas informações, sobre a organização de ensino, o sistema municipal de educação, o conselho municipal, logo traremos algumas falas dos sujeitos da pesquisa, porque de acordo com Minayo (2009).

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. (MINAYO, 2009, p. 32)

Quando falamos de educação buscamos informações complementares do porque que a educação do município de Acará vem entrando em um serio estado de detrimento, pois é possível perceber como a educação do município vem sendo trabalhada ao longo dos anos, chegando a um estado mais critico. Minayo (2009, p. 32) “Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”. Logo, ao utilizarmos da entrevista, buscamos conseguir informações adicionais para a pesquisa.

Iremos fazer uso da semiestruturada, e trazemos Minayo (2009) que reforça que esse tipo de entrevista pode interligar perguntas diretas e indiretas, no qual o entrevistador não precisa se prender a questão formulada, seria mais uma pergunta norteadora. A autora nos reforça ainda que as entrevistas podem nos trazer dois tipos de dados; os primeiros são ligados a dados mais estatísticos como censo, documentos e outros, o segundo ficaria sendo o objetivo principal da pesquisa qualitativa, que são dados relacionados nesse caso a qualidade do ensino.

Entrevistamos três sujeitos para complementar à pesquisa o Vereador, o Coordenador do Sintep, hoje atual coordenador geral do Sintep, subsede do município de Acará e o Secretario de Educação.

A princípio foi pensando em colocar as falas inteiras dos indivíduos, mas, como algumas são longas demais, irão fazer cortes precisos nas suas falas sem perder o sentido ou mudá-lo de alguma forma e as falas por inteiras irão aos anexos da pesquisa. Outro ponto a destacar é que não foi o mesmo questionário para todos, com base em seus cargos, fizemos perguntas diferenciadas para cada um.

A primeira questão que foi indagada a todos foi sobre a sua formação, apesar de hoje não ser obrigado nenhum tipo de formação para o cargo de vereador, quando pensamos em educação se faz necessário que o individuo tenha uma criticidade e um olhar para tentar encaminhar da melhor forma os projetos e todos os entrevistados possuem nível superior.

Partiremos então da questão sobre: Quais foram e quais são seus projetos para a sua gestão?

Vereador - Como vereador, nós nos preocupamos muito na câmara em fazer que a educação tenha um privilegio, não em detrimento das outras áreas, mas em especial a educação ela precisa de mais atenção né? Então a gente tem se preocupado muito com a questão da gestão dos recursos da educação, recurso do FUNDEB. Nós conseguimos aprovar um projeto que vai evidentemente influenciar na educação de modo geral, porque tem haver com a gestão do dinheiro público que foi um projeto chamado “COMBATE A CORRUPÇÃO” e a gente conseguiu aprovar na câmara a FICHA LIMPA, da gestão publica e esse projeto foi aprovado, pelo menos é muito interessante, porque ele vai fazer com que os governos tenham cuidado na hora de trabalhar com o dinheiro da educação.

Nota-se que ambos os projetos, são ligados à parte financeira da educação, que não só no município de Acará, como em todo o local é sempre o foco, afinal o recurso da educação é o maior, contudo, falta muita responsabilidade ao gastar esse dinheiro, é muito interessante os projetos e hoje no município podemos já presenciar um pouco dos resultados.

Vamos relacionar agora uma questão semelhante perguntado aos três indivíduos, sobre a questão do Sistema Educacional do Acará. Ao vereador indagamos sobre: Como vai o andamento do sistema educacional do Acará?

Vereador - É muito difícil à questão da educação no Acará, eu não vi ainda e não é uma critica de oposição, uma critica de revanche contra o governo atual, mas a gente ainda não viu, não só nesse governo como nos outros também, **uma preocupação realmente verdadeira com a educação, uma preocupação que colocasse realmente a nossa educação lá no patamar alto que a gente tem condições de fazer isso. [...]**

[...] o governo hoje não tem uma proposta, um projeto que melhore o sistema, tanto **que o sistema de educação nem foi para a Câmara ainda, ele tinha ido para a Câmara, só que a Câmara encontrou alguns problemas e rápido o governo retirou e não devolveu até hoje**, nos não temos sistema de educação atualizado, temos um sistema lá da antiguidade, falando de antiguidade só como um termo, mas, nos não temos um sistema de educação onde tenha um Conselho de educação ativo, os únicos conselhos que estão ativo são o do FUNDEB e o da merenda. [...]

Saviani (2009) nos sugeri alguns passos para a implantação de um sistema de ensino e um deles é justamente “Elaborar um projeto de lei do sistema de ensino do município a ser aprovado pela Câmara Municipal;” (2009, p.14). É necessário que se repense o que precisa para que seja atualizado, é preciso de uma diagnose da educação do município, mas, apenas a implantação do sistema não é suficiente, é preciso que ele esteja atrelado ao plano municipal de educação e ao conselho municipal de educação.

Partimos então para o Coordenador do SINTEP, que faz uma reflexão similar onde indagamos o seguinte: Vocês conhecem a proposta educacional da SEMED?

Coordenador – “Nos participamos das discussões da proposta educacional da SEMED, que na verdade a SEMED ela atua com uma proposta educacional, no entanto, a nível nacional, no nosso entendimento ela num tem uma voltada específica para o município”.

O sistema de ensino é justamente o marco da democracia como alega Bordignon (2009, p. 23) “A criação dos sistemas de ensino se enraíza profundamente no processo político da construção da democracia e consolidação do regime federativo, pela gradativa afirmação da autonomia, vale dizer, da cidadania das unidades federadas”. O fato do município de Acará não possuir o seu, só mostra como ele está preso ao sistema.

Continuamos com o vereador: Quais as dificuldades para a execução de um sistema educacional?

Vereador - *A principal dificuldade é que o governo não entende o potencial que a educação tem de modificar o município, por exemplo hoje o governo Amanda Martins Oliveira, que é ela que está no comando, não compreende a importância da educação para o povo, na hora que ela compreender isso, **ela vai começar a criar um projeto, então a principal dificuldade hoje é essa** o governo entender a necessidade de mais investimentos pontuais na educação, não é jogar dinheiro de qualquer jeito, não é pagar o professor bem, a paguei o professor bem, mas, isso funciona de alguma coisa? Não, é agora professor o senhor esta ganhando bem, qual é o problema da sua turma? No caso o meu problema, os alunos vieram do oitavo e nono ano e não sabem ler, sim mas, iai professor? Tu vai ficar te lamentando? O que é que o governo pode ajudar? Para ti quebrar, para ti melhorar e fazer os alunos aprenderem? Esse é o projeto que a gente quer para o governo atual para a gente.*

O próprio vereador reflete sobre o processo e nos faz refletir e realmente, o governo atual e os que já passaram por aqui, pouco deram ênfase a educação, é claro que uns contribuíram mais do que outros a exemplo de que hoje o município tem turmas de nível superior o que antes era impensado, os alunos que concluíam o ensino médio, tinham que se dirigir para Abaetetuba e principalmente Belém.

Então trazemos a fala do coordenador do SINTEP ao responder a questão: Você acha que o trabalho da SEMED tem ajudado a melhorar a educação municipal? Se sim como e o que mudou?

Coordenador - *Assim, como órgão sindical nos temos nossos contrapontos da forma da SEMED trabalhar, como eles trabalham, a gente entende que ainda não é aplicado, porque hoje para a educação melhorar a nível municipal ela tem que ser **aplicada os recursos que vem específico para a educação na educação, na melhoria tanto de remuneração quanto dos espaços escolares, hoje nos temos muitos problemas com o transporte escolar, a alimentação escolar e a logística de escolas**, tem muitas escolas ruins, velhas , que não tem o espaço adequado para o aluno, então isso não*

ajuda na melhoria do ensino, tanto prova que o IDEB, apesar de que são varias situações, é matrícula, é repetência, é evasão, mas o IDEB ele tem queda no nosso município, ele vem tendo queda nos últimos anos, então para isso demonstra que a nossa educação não tem evoluído, então precisa de uma politica da própria secretaria de educação, uma politica de melhoria da educação, precisa rever, nos temos o plano de educação a nível nacional e nos temos o plano a nível municipal de educação, esse plano ele precisa ser aplicado, mas, infelizmente ele acaba sendo engavetado e não é aplicado, lá tem varias metas, que devem ser seguidas, a curto, médio e longo prazo, se essas metas, elas fossem atingidas o ensino de acara teria dado um salto muito grande, só que a gente acaba engavetando né, a gestão acaba engavetando, então esse plano ele não segue e a educação acaba tendo essas falhas.

Uma das maiores dificuldades que o município encontra e fica visível na pesquisa de campo e principalmente nas entrevistas, são as questões estabelecidas sobre a educação, uma vez em questão de recursos não é o problema, mas, sim o desvio dessa verba. Logo, sua organização precisa lutar para superar as tradições orçamentárias, superar esse antagonismo na gestão que ora usa a educação para fazer um governo em outra comete desse âmbito um território de disputa e ainda um curral eleitoral, há desvio de verbas, corrupção e a educação de fato nunca foi levada a sério. É necessário que se repense, apesar das dificuldades é imprescindível que a população participe mais desses processos para nos conseguirmos uma educação de maior qualidade no município de Acará.

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão Cultural. Por isso, acredita-se que a pedagogia da práxis, como uma pedagogia transformadora, em suas várias manifestações, pode oferecer um referencial geral mais seguro do que as pedagogias centradas na transmissão cultural, neste momento de perplexidade. (GADOTTI, 2000, p. 05)

Ao trazermos Gadotti, apontamos que a educação ao se preocupar com a transformação social, uma educação não apenas para o mercado de trabalho, como para a vida em sociedade, passa por diversas dificuldades, pois, essa tende a ser mais critica e pensar no social, no atendimento ao público que não dá certo, não é interessante para nenhum governo que não tem as mesmas preocupações.

O coordenador demonstrou preocupações em relação ao futuro da educação, pois a gestão atual se preocupa demais com o assistencialismo, deixando de lado implantações de politicas públicas para abranger a população. Seguimos indagando sobre a gestão atual e o mesmo respondeu: Como é que você avalia essa atual gestão da prefeitura?

Coordenador - Assim, nos avaliamos da seguinte forma hoje a gestão municipal, é um governo que trabalha muito com o assistencialismo, ele trabalha muito nessa questão de **dar assistência às pessoas, de dar um premio as pessoas e não trabalha com uma politica pública de verdade**, que seria por exemplo, a questão de empregar os recursos oriundos da educação e aí falamos em específico da educação, aonde aplicar, que seria na melhoria e nas condições de trabalho do servidor, na melhoria de reformas e ampliações de escolas, na melhoria do transporte escolar, na melhoria da alimentação escolar. Então a gente avalia que, **não há uma politica pública especifica para isso posta em prática**, mas, **sim uma politica partidária posto em prática**, uma questão da própria politicagem, por isso que a gente fala da questão do assistencialismo né? **As pessoas necessitam de algo imediato, então eu vou lá e dou aquilo de imediato**, porém o que deve ser aplicado como política pública que é a médio e longo prazo, a gente avalia que o atual governo ele não trabalha muito dessa forma.

Ao longo dos mais de seus 140 anos, o município de Acará, encontra-se com uma grande dificuldade, remover essa má politica da organização do ensino. O próprio Coordenador ainda reforça na questão: O que você destacaria como entrave no trabalho da prefeitura e como avanço da prefeitura?

Coordenador - Para mim um dos entraves da prefeitura é questão justamente da própria politicagem da gestão publica hoje, de não olhar a politica pública como um beneficio, mas, sempre trabalhar dentro dessa questão partidária. **Tem um grupo politico partidário, sempre beneficiando esse grupo politico partidário**, eu vejo muito isso, a gente sempre nas nossas discussões a gente avalia muito isso, enquanto que o real, quem deve ser atingido diretamente com o beneficio que é a população acaraense em si, hoje a população educacional que são os nossos alunos, professores, pais de alunos, **eles não são atingidos diretamente com uma politica pública que deve ser aplicada**, nos temos um problema muito serio ainda do nosso município que é justamente essa politica de família, se nos observamos o nosso município vem sendo governado por três famílias há muitos anos, só vai mudando de uma família para outra e eu vejo que criou-se não só aqui, mas a nível do Brasil, mas, falando de Acará, criou-se aquela questão, eu fui prefeito, meu filho vai ser, meu neto vai ser e assim vai se criando, virou uma carreira politica. Então isso, eu vejo como uma entrave para o município desenvolver, o nosso município de 144 anos, nos temos municípios vizinhos com 30 e poucos anos, 50 anos, que desenvolveu muito mais a educação do que o nosso que tem 144. **E isso para nos é com tristeza que a gente diz isso, eu faço debate da educação a nível de Sintep em 9 municípios, Abaetetuba, Barcarena, Tailândia, e a gente observa o avanço que esses municípios tiveram dentro da área da educação e para nos quando nos falamos isso**, quando nos fazemos esse debate é meio triste falar do desenvolvimento acaraense, nos vemos que nos travamos aqui, nos avançamos na questão do concurso publico, avançamos porque nos temos recursos e um bom recurso anual, só de FUNBEB para o ano de 2019 se não me engano **foi 75 milhões de reais, para ser investido na educação, mas, nos enfrentamos a falta de merenda, falta de carteira, falta de reforma escolar, é escola caindo, a é culpa desse governo?** Não é uma coisa que vem acontecendo ao longo dos anos, mas, quem está administrando hoje é o governo PSDB, então nos temos que falar desse governo que atua hoje, problema? São muitos, resolver? Nos conseguimos

resolver, a gente consegue ver que temos caminhos para isso, temos soluções e recursos para isso, mas, precisa de uma politica publica, mais avançada para esse município.

A verdade é que existe uma lei para a aplicação adequada da verba da educação a meta 20 no PME alega;

Meta 20 do Plano Municipal de Educação: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: Assegurar a aplicação efetiva dos recursos públicos financeiros definidos em lei para a educação, ampliando-os de forma gradual, de maneira a garantir as condições necessárias à manutenção pública com qualidade social e ao desenvolvimento da educação. (ACARÁ, 2015, p. 40)

Ao falarmos de verba, que ela precisa ter um encaminhamento legal ou que precise de uma lei para isso a verdade é que precisa ser colocada em prática, uma vez que a verba vem para a educação e a mesma não está sendo gasta na educação, é preciso que a comunidade junto com os órgãos como SINTEP e outros sindicatos forcem uma maior transparência, o grande problema é que a politicagem também influencia na mobilização das pessoas, são feitas escolhas a dedos e às vezes de pessoas influentes na comunidade justamente para que elas possam auxiliar no controle da massa, engana-se quem pensa que o governo não pensa nisso.

No decorrer da entrevista, podemos notar que o SINTEP possui determinado influencia em certas decisões, todavia, o mesmo ainda não se mobilizou para lutar por certas situações e devido um fato ocorrido na Conferencia Municipal indagamos: Quais são os vínculos que o SINTEP pode ter? Quais são as articulações que ele participa, tanto na questão da organização do ensino, se é aberto para o SINTEP ter voz.

Coordenador - *O SINTEP hoje ele atua dentro da secretaria de educação, que é o órgão gestor, o órgão fiscalizador que é o conselho do FUNDEB, onde o SINTEP tem cadeira ativo, participativo, nos temos representante lá dentro, tem o conselho municipal de educação, que hoje está inativo, por uma questão politica e não conseguimos reativar, o SINTEP tem cadeira diretamente também, porque o conselho municipal ele é o órgão principal que deveria funcionar, porque é lá que se discute os caminhos da educação do município, qual é a meta nossa para a educação infantil? Do ensino fundamental maior? Ensino médio? E ensino superior? Porque nos temos que discutir o ensino superior, há mas, não é responsabilidade do município em bancar o curso, mas, é responsabilidade nossa em trazer, porque nossos filhos, nossos netos, estão aí. O SINTEP fez parte do debate de trazer a universidade para cá, para trazer o PARFOR, então nos temos voz sim, apesar de que o governo ele sempre tenta nos afastar dos debates, por que? Porque nos cobramos, cobramos tanto a parte financeira, quanto a melhoria educacional de modo geral, porque não é justo. Nos só vamos conseguir avançar aqui, quando nos tivermos alguns pilares, valorização profissional, que é a questão financeira de fato, formação para os nossos*

servidores tanto para professor quanto para os outros colegas que atuam em outras áreas, nos precisamos de pessoas formadoras, e para isso precisamos delas formadas em todas as áreas, que formação é fundamental, nos temos que ter aqui a questão da aplicabilidade do recurso da educação na educação com mais responsabilidade que com isso nos vamos garantir três pés que eu digo, vamos ter salário em dia, nos vamos ter transporte de qualidade e nos vamos ter alimentação escolar de qualidade, com isso você consegue manter o professor na sua atividade, você consegue manter o aluno na escola e com uma boa alimentação, melhora o desenvolvimento dele de ensino, a gente consegue a gente avalia muito, nos temos no município quase 22 mil alunas na rede, desses 22 mil podemos dizer que 90% desses alunos são da zona rural, e se deslocam grandes distancias para chegar ate escola, então é sono, é fome, então tudo isso eles vem sentindo e isso interfere na aprendizagem, então vem no transporte de má qualidade, uma refeição de má qualidade então o aluno não consegue desempenhar um bom papel na escola.

Trazemos Saviani (2009) que nos remete a importância de dois pontos para a organização do sistema de ensino, no qual a organização do ensino se faz presente e em caso já exista que a mesma passe por um processo de reorganização, o que nos faz refletir, do porque ainda isso não foi feito, afinal o próprio coordenador apontou o erro então se faz necessário pensar o porque. Outro ponto que o autor nos aponta é dar ciência a Secretaria Estadual de Educação e ao Conselho Estadual de Educação, que como vimos anteriormente, de forma legal consta que o município possui, apesar disso, ainda não foi posto em pratica, então precisamos fazer valer essas leis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os resultados obtidos pela pesquisa a mesma possibilitou um crescimento acadêmico e uma visão mais critica sobre a organização do município de Acará em relação à educação, as leituras dos artigos e textos que servirão como embasamento teórico, auxiliaram de forma gradual nesse crescimento. Os textos sobre a importância das pesquisas desenvolvidas no Brasil em torno da educação e sobre a criação dos sistemas de ensino contribuíram para uma melhor visão sobre determinada área de conhecimento que é as políticas educacionais.

Entendemos que o sistema resulta na atividade sistematizada, ou seja, é uma ação planejada que tem por fim um objetivo proposto. Mesmo que falte algumas noções de esclarecimentos como Saviani (1999) nos reforça ao mencionar que o termo “sistema” é utilizado de forma equivocada na educação e por isso encontramos diferentes significados as vezes, por exemplo, no artigo 211 da Constituição Federal de 1988 trata a organização das redes escolares e apenas por analogia são chamadas de sistemas de ensino, o que muita das

vezes faz com que ao perguntamos se determinado local possui um sistema de ensino o mesmo irá ser afirmado, porque será confundido com a rede escolar.

A criação do CME se faz necessária a partir do momento em que não há esse esclarecimento, ele é o órgão fiscalizador, planejador, é o que vai juntamente com o SME e PME estabelecer os parâmetros legais para a execução de ambos os documentos da melhor forma possível.

A atuação do CME dentro do município é fundamental. Ele é o órgão que direciona a política educacional do município a luz da legislação Federal, Estadual e Municipal de Ensino. É especialmente, quando as discussões sobre a organização do ensino são tomadas como prioridade e, partindo dessa premissa, se discute a elaboração de um Plano Municipal de Educação, tomando como base o Plano Nacional e Estadual, é que o município passa a ter um documento norteador para a sua organização, isto é, na prática uma política educacional, e não precisa mais executar sua política educacional a partir de interferências políticas-partidárias, com isso, a definição de critérios para a melhoria da educação municipal surgem através de estudos técnicos, pesquisas, dados estatísticos concretos que definem o planejamento, execução e metas da educação municipal. (CALS, 2012, p. 112-113)

É visível a importância que o CME tem dentro da organização educacional do município, principalmente quando levantamos a questão da gestão democrática, é necessária uma visão mais crítica da educação, uma nova forma de perceber a educação, pois, no Brasil os sistemas são organizados de maneira progressiva, sofrendo influência de outros países, num processo alternado de centralização e descentralização. Na colônia, com o poder centralizado, a organização é mais jesuítica a partir do *rátio-studiorum* em que se ensinava o latim, grego e também hebraico. As escolas primárias eram instrumentos estratégicos à implantação do domínio político da Coroa, que não assumiu a instrução pública. O mais elaborado sistema, com base neste modelo, foi vivenciado na Bahia até 1763. De 1763 até meados de hoje o sistema passa por processos quase sempre, para atender às mudanças de cunho sócio-político-econômicas, ou seja, as mudanças que ocorrem ao nível da economia e da política exigem, afetam, provocam mudanças nos sistemas de educação do país. Logo é de extrema importância a criação do CME, juntamente com o SME, ambos não devem andar sem o outro, é preciso que ambos estejam atrelados para que o SME seja executado da melhor forma possível.

A criação do SME é uma opção política que exige dos responsáveis pela educação local assumirem a inteira responsabilidade da organização e da explicitação das estruturas, dos fins e valores da educação local. É uma decisão exigente em competência técnica e compromisso político com a educação de qualidade e com o envolvimento dos educadores e dos cidadãos. Possuir SME não é ter uma desculpa para fugir do oferecimento da

educação dentro de critérios de qualidade. O fato de um município criar o seu SME não significa absolver, ignorar falhas para manter ou expandir escolas de educação infantil, por exemplo, sem atender às necessidades de espaço físico e de formação de professores. Não justifica a superlotação de salas de aula, ou a inexistência de equipamentos pedagógicos mínimos para o trabalho educativo (WERLE; THUM; ANDRADE, 2008, p. 07)

O município de Acará precisa executar um trabalho mais serio em relação ao seu sistema de ensino, porém, o mesmo não se encontra nem formulado, o que nos dá outra possibilidade que é o da discussão sobre o sistema, já que como vimos o SME e CME , não estão em vigor, logo, os profissionais da educação, juntamente com a população precisam levantar esses debates a fim de proporcionar uma educação que atinja todos da melhor forma possível.

Ao buscarmos uma educação de qualidade, primeiramente é preciso planejar, saber como se organizar e pesquisa sobre as politicas educacionais, como exercer seus direitos, como executar o que está na lei, como flexibilizar, é um estudo que qualquer gestão responsável pela educação deveria fazer.

O contato com a literatura sobre currículo e sobre o percurso da política educacional brasileira demonstra que as escolas de modo geral, no Brasil, ao serem ordenadas pelo atual sistema de educação, expressão de um determinado modelo de sociedade e acabam ficando até certo ponto, “prisioneiras” deste arquétipo. Apesar dos esforços de governos democráticos, em alterar a cultura escolar e a forma de ser das escolas.

Outra questão é que este sistema técnico-burocrático está muito vivo na cultura social, ou seja, verifica-se com muita clareza sua força, o quanto ele está “plantado” na compreensão que os sujeitos sociais possuem da escola, da educação. Ao mover os sujeitos e mover-se com eles, nota-se que ele não está radicado apenas nos pais, alunos, comunidade, educadores conservadores, mas até mesmo em alguns educadores progressistas que, ao pretenderem fazer mudanças na escola, se esquecem de pensar na mudança do próprio sistema de ensino. Desta forma, os sistemas de ensino são manifestações concretas de formas sociais de exercício do poder.

Nos educadores precisamos pensar criticamente e analisar os caminhos que a educação no município está tomando, precisamos buscar meios e o ponta pé inicial é o planejamento, fazer reuniões para discutir, mas, discussões para o crescimento e não relacionados a ofensas. Como educadores, temos essa responsabilidade.

O que é *ser professor hoje*? Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo, conviver; é ter *consciência* e *sensibilidade*. Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores, assim como não se pode pensar num futuro sem poetas e filósofos. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. (GADOTTI, 2000, p. 07)

Concordamos com Gadotti (2000), nos educadores formamos pessoas, logo, a gestão atual e as próximas, precisam analisar a educação, para dar aos educadores condições para o trabalho, é pensar além do “pagamos um bom salário” e questionar quais os caminhos que a educação municipal deve tomar para melhorar o índice de ensino. Mesmo com as distorções verificadas em termos de modelo e financiamento é possível pensar em alternativas que de fato a educação municipal melhore, é preciso buscar um modelo de educação, pautados numa outra visão de ciência, de conhecimento, comprometidos com a construção de uma sociedade mais humana e solidária e orientada por uma Política Pública Democrática e Popular, com o intuito de mudar a escola por dentro e iniciar um processo de superação da cultura de exclusão. Afinal, é no município que começa nossa cidadania.

Dessa forma, os sistemas de ensino municipais podem contribuir para a quebra do clientelismo e fisiologismo ainda muito fortes no poder local e o surgimento de outra cultura local em que a educação pública municipal, articulada e em colaboração com os outros entes federativos, se torne uma referência importante de cidadania popular, democrática e participativa necessária à formação de cidadãos mais ativos e comprometidos com o controle social do poder público. Como nos diz Paulo Freire “a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Cabe-nos colocar sua força em função de nossos sonhos, da reinvenção do poder” (2000, p. 126-127). Por isso, ressaltamos a importância em aprofundar os estudos objetivando compreender como o município de Acará vem organizando seu ensino e perceber se ocorre efetivamente a participação democrática que possibilite repensar o poder local.

Uma lei que não provoque processos de trabalho diferentes do que aqueles que vinham desde há muito ocorrendo no dia-a-dia do órgão municipal de educação, das escolas municipais ou do CME, não cumpre o objetivo de qualificar a educação e dar corpo à autonomia local. (WERLE; THUM; ANDRADE, 2008, p. 08)

Isto é de fundamental importância, visto que refletir sobre os sistemas de ensino implica refletir sobre as políticas públicas de educação; implica também perceber que não bastam apenas mudanças organizacionais. Requer, sobretudo, uma mudança de paradigma que caminhe em direção à outra proposta político-educacional e de gestão pública e democrática para a cidade, tal especificação é um argumento bastante significativo para

afirmar a relevância do estudo aqui proposto, e as interconexões que podem ser apontadas para uma avaliação global do que vem sendo realizado na organização do ensino em Acará.

Por fim, a pesquisa não se propõe a uma conclusão exata, mas, busca refletir a educação. Ressaltamos que não é culpa apenas das gestões que passaram pelo município e sim pelo tipo de política que se tem no Acará. É necessária, uma desconstrução do tipo de política do município, precisamos fazer uso da democracia, porém, dá boa democracia. Não adianta ter voz no CME, auxiliar no futuro SME, no PME, se isso não for levado em conta pelo poder público.

REFERÊNCIAS

ACARÁ (PARÁ). Plano Municipal de Educação de Acará – PME, LEI de 13.005 de 25 de Junho de 2014. Projeto de Lei nº208/2015.

ACARÁ. Prefeitura Municipal de Acará – História. Acará/Pa 2019. Disponível em <<http://acara.pa.gov.br/o-municipio/historia/>> Acesso em 22 de Jul. 2019.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação no município**: sistema, conselho e plano / Genuíno Bordignon. -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro (1941). República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em 03 set. 2019.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL. Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 03 set. 2019.

CALS, Alexandre. **Políticas Educacionais na Amazônia**: Estado, Democracia, Sociedade Civil e Participação. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2015.

CONFERENCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ACARÁ, VI, 2018, ACARÁ/PA. "*PME e SME: monitoramento, avaliação e proposição de ferramentas para uma educação de qualidade*"; 27 e 28 de Abril.

CUNHA, MC., org. **Gestão Educacional nos Municípios**: entraves e perspectivas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 366 p. ISBN 978-85-232-0586-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

FREIRE, Paulo. **Educação na Cidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PASSOS, Benedito. **Mare Grande: no vale do Acará**. 2ª Edição. Acará, PA. 2002.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RATIO atque Institutio studiorum. **Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus**. In: FRANCA, Leonel, O método pedagógico dos jesuítas. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

SARMENTO, Diva Chaves. **Criação dos sistemas municipais de ensino**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1363-1390, Set./Dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

SAVIANI, Demerueal. **Plano nacional de educação, a questão federativa e os municípios: o regime de colaboração e as perspectivas da educação brasileira**. Conferência proferida na Seção de Abertura do 6º Fórum Internacional de Educação da Região Metropolitana de Campinas e 1º Fórum de Educação de Paulínia em 29 de agosto de 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Anual da ANPEd, realizada de 16 a 20 de outubro de 2008, em Caxambu (MG). Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009

SAVIANI, Demerueal. **Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios**. IV Plenária do Fórum Estadual de Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

WERLE, F. O. C.; THUM, A.B.; ANDRADE, A. C. **O Sistema Municipal de Ensino e suas implicações para a atuação do conselho Municipal de Educação**. RBPAE – v.24, n.1, p. 79-109, jan./abr. 2008.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturado (Vereador)

Nº	Pergunta
01	Qual a sua formação?
02	Quais foram e quais são seus projetos para a sua gestão?
03	Como vai o andamento do sistema educacional do Acará?
04	Quais as dificuldades para a execução de um sistema educacional?
05	De que forma a educação no município pode melhorar?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturado (Coordenador SINTEP)

Nº	Pergunta
01	São quanto tempo de mandato?
02	Quais são as principais ações desenvolvidas por vocês aqui no município?
03	Teve algum resultado mais significativo que vocês conseguiram conquistar?
04	Vocês conhecem a proposta educacional da semed?
05	Você acha que o trabalho da semed tem ajudado a melhorar a educação municipal? Se sim como e o que mudou?
06	Na sua avaliação quais são os maiores avanços e maiores problemas da educação municipal?
07	Como é que você avalia essa atual gestão da prefeitura?
08	O que você destacaria como entrave no trabalho da prefeitura e como avanço da prefeitura?
09	Quais são os vínculos que o sintep pode ter? quais são as articulações que ele participa, tanto na questão da organização do ensino, é aberto para o sintep ter voz?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturado (secretario de educação)

Nº	Pergunta
01	Qual a sua formação?
02	Como se deu a sua escolha para dirigir a SEMED?
03	Como é que você avalia a relação da SEMED com todas as escolas da rede?
04	Você tem alguma proposta sobre a formação continuada para professores e outros funcionários da rede da educação?
05	Você acha que o trabalho da SEMED tem ajudado a melhorar a educação municipal? Se sim como e o que mudou?
06	O que você destaca como avanço e como dificuldade no trabalho da SEMED?
07	Existe um projeto educativo na SEMED hoje?
08	Como você avalia a relação da SEMED com o CME?

ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

CARTA DE APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Abaetetuba, 26 de junho de 2018

Sr(a). Secretário(a) Municipal de Educação

Apresentamos o aluno, Fellipe da Silva Paiva, matrícula nº 201567640035, regularmente matriculado no Curso de Licenciatura em Pedagogia, Pólo de Acará, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, para realizar a pesquisa com o tema: POLÍTICA EDUCACIONAL NO BAIXO TOCANTINS: A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA.

Diante disso, Solicito de V.S.ª, AUTORIZAÇÃO para que o aluno possa ter contato com os sujeitos e demais documentação necessária que irão contribuir no desenvolvimento de seu trabalho de investigação o qual comporá o *corpus* da pesquisa. Vale destacar que, será resguardado o anonimato da identidade dos sujeitos entrevistados na transcrição e divulgação dos resultados da pesquisa como exigência da ética na pesquisa. Na certeza de contarmos com vossa colaboração, antecipamos agradecimentos e nos colocamos a disposição para esclarecer dúvidas e outras situações que por ventura aconteçam.

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza
Docente e Pesquisador do Curso de Pedagogia

Excmo. Sr. Secretário Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Educação
Decreto nº 056/2018-CAB PREF. ACARÁ

27.08.19
A partir
das 15:00
Dr. Dr.

ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

CARTA DE APRESENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Abaetetuba, 27 de agosto de 2019

Sr(a). Prefeita(a) do Município de Acará

Apresentamos o aluno, Fellipe da Silva Paiva, matrícula nº 201567640035, regularmente matriculado no Curso de Licenciatura em Pedagogia, Pólo de Acará, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, para realizar a pesquisa com o tema: POLÍTICA EDUCACIONAL NO BAIXO TOCANTINS: A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA.

Diante disso, Solicito de V.S.^a, AUTORIZAÇÃO para que o aluno possa ter contato com os sujeitos e demais documentação necessária que irão contribuir no desenvolvimento de seu trabalho de investigação o qual comporá o *corpus* da pesquisa. Vale destacar que, será resguardado o anonimato da identidade dos sujeitos entrevistados na transcrição e divulgação dos resultados da pesquisa como exigência da ética na pesquisa. Na certeza de contarmos com vossa colaboração, antecipamos agradecimentos e nos colocamos a disposição para esclarecer dúvidas e outras situações que por ventura aconteçam.

*Recbi Em: 27/08/19
Rayana S. Pacheco*

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza
Docente e Pesquisador do Curso de Pedagogia